



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.818.654/0001-80
Razão Social: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA
Nome Fantasia: CAFE DA CHACARA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/07/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	01/10/2018
FGTS	Validade:	25/09/2018
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	03/03/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	04/10/2018
Receita Municipal	Validade:	19/11/2018

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019

« OCULTAR FILTROS DE CONSULTA

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 10818654000180 x

Data da consulta: 24/09/2018 11:45:46

Data da última atualização: 22/09/2018 10:15:08

Tabela de dados



IMPRIMIR



BAIXAR



REMOVER/ADICIONAR COLUNAS



PAINEL DE SANÇÕES



VISUALIZAÇÃO GRÁFICA

DETALHAR

CNPJ/CPF DO
SANCIONADO

NOME DO
SANCIONADO

UF DO SANCIONADO

ÓRGÃO/ENTIDADE
SANCIONADORA

TIPO DA SANÇÃO

DATA DE PUBLIC
DA SANÇÃO

Nenhum registro encontrado



ANTERIOR

PRÓXIMA



Exibir 15 resultados



PAGINAÇÃO COMPLETA

« OCULTAR FILTROS DE CONSULTA

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 33657918841

Data da consulta: 24/09/2018 11:45:46
Data da última atualização: 22/09/2018 10:15:08

Tabela de dados

IMPRIMIR

BAIXAR

REMOVER/ADICIONAR COLUNAS

PAINEL DE SANÇÕES

VISUALIZAÇÃO GRÁFICA

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLIC DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						

<

ANTERIOR

PRÓXIMA

>

Exibir 15 resultados

PAGINAÇÃO COMPLETA



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (24/09/2018 às 11:56) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 10.818.654/0001-80.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5BA8.FB27.0E12.2999



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (24/09/2018 às 11:59) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 336.579.188-41.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5BA8.FBBB.B929.A147



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA**

CPF/CNPJ: **10.818.654/0001-80**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:01:44 do dia 24/09/2018, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: QIZM240918120144

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **GABRIELA CARVALHO DO NASCIMENTO**

CPF/CNPJ: **336.579.188-41**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:03:50 do dia 24/09/2018, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 349Y240918120350

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. – ME
NIRE 35.223.186.286
CNPJ Nº 10.818.654/0001-80

8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 1) **ADÍLIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade nº 37.313.728-X, expedida pela SSP – SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 606.064.287-04, residente e domiciliada na cidade de São Paulo – SP, na Rua Alexandre Dumas nº 1.392, apto. 181, CEP 04717-003, Chácara Santo Antônio; e
- 2) **JOSÉ TEOTONIO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 93.101, expedida pela OAB-RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 908.966.297-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo – SP, na Rua Alexandre Dumas nº 1.392, apto. 181, CEP 04717-003, Chácara Santo Antônio,

Únicos sócios da sociedade empresária limitada **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME**, sediada na cidade de São Paulo – SP, na Rua Américo Brasiliense nº 1.765, sala 43 - parte, Chácara Santo Antônio, CEP 04715-005, Chácara Santo Antônio, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.223.186.286, em 16 de abril de 2009, inscrita no CNPJ sob o nº 10.818.654/0001-80, resolvem alterar o contrato social da Sociedade, conforme a seguir:

1. Foi aprovada a alteração do endereço da sede social da Sociedade para a Avenida Adolfo Pinheiro nº 2.054 – sala 212 – CEP 04734-003 – Santo Amaro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a consequente alteração da redação da **CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO**, a qual passará a constar com a seguinte nova redação:



8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO

A Sociedade denomina-se **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME** e tem sua sede social e Foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Adolfo Pinheiro nº 2.054 – sala 212 – CEP 04734-003 – Santo Amaro, podendo por deliberação dos sócios representantes de mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, vir a funcionar em outras localidades do País ou do exterior mediante a abertura de filiais, agências, escritórios ou depósitos.

2. Foi aprovada a elevação do capital social da Sociedade de R\$ 32.298,00 (trinta e dois mil e duzentos e noventa e oito reais) para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante a emissão de 67.702 (sessenta e sete mil e setecentas e duas) novas quotas, do valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, todas subscritas proporcionalmente à participação de cada sócio no capital social da Sociedade e integralizadas com créditos que os sócios detêm na Sociedade, passando o aumento de capital ora aprovado a produzir os efeitos a partir desta data. Com a aprovação desta elevação de capital social, fica alterada a redação do caput da **CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL**, que desta data em diante passará a constar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, do valor de R\$1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os Sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR-R\$
ADÍLIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA	23.000	23.00000
JOSÉ TEOTONIO DA SILVA	77.000	77.000,00
TOTAL	100.000,00	100.000,00

3. Foi aprovada a alteração das cláusulas pertinentes e a consolidação do contrato social da Sociedade, conforme a seguir:



LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO

A Sociedade denomina-se **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME** e tem sua sede social e Foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Adolfo Pinheiro nº 2.054 – sala 212 – CEP 04734-003 – Santo Amaro, podendo por deliberação dos sócios representantes de mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, vir a funcionar em outras localidades do País ou do exterior mediante a abertura de filiais, agências, escritórios ou depósitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto social:

- i) A prestação de serviços de limpeza em prédios e em domicílios.
- ii) A prestação de serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, compreendendo a prestação de serviços de limpeza em geral no interior de prédios, serviços de manutenção, disposição do lixo, a prestação de serviços de recepção, portaria, copa (cofeiras e garçons), motorista, de motofrete para entrega e coleta de pequenas cargas por meio de motocicletas, e outros serviços relacionados para dar apoio à administração e conservação das instalações dos prédios.
- iii) A prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo.
- iv) O comércio varejista de lanches, chás, sucos e similares, bem como o comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel.



CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.



8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, do valor de R\$1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre os Sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR-R\$
ADÍLIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA	23.000	23.00000
JOSÉ TEOTONIO DA SILVA	77.000	77.000,00
TOTAL	100.000,00	100.000,00

Parágrafo primeiro. Em conformidade com o artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.

Parágrafo segundo. Cada quota confere direito a um voto nas deliberações dos sócios, que, para serem válidas, dependerão da aprovação dos sócios que representem a maioria do capital social, sendo os instrumentos de deliberação dos sócios válidos quando assinados por esse mesmo quorum.

CLÁUSULA QUINTA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir sua (s) quota (s) aos demais sócios ou a terceiros, sem o prévio consentimento, por escrito, dos sócios que representem a maioria do capital social.

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO

A Sociedade terá uma administração composta de até 2 (dois) membros, sócios e/ou não sócios, os quais para fins de representação, utilizarão o título de Diretor, devendo observar a forma de atuação prevista nos parágrafos 2º ao 5º desta Cláusula, sendo-lhes conferidos os mais amplos poderes de administração, ordinária e extraordinária, na forma aqui prevista, incluindo-se entre eles, os de dispor de bens do patrimônio social, móveis e imóveis, outorgar garantias reais e pessoais, assumir qualquer espécie de compromisso que seja do interesse da Sociedade, ficando autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao objeto social da Sociedade.



8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

Parágrafo primeiro. Compete aos Diretores:

- I) exercer os poderes previstos no caput desta Cláusula em observância ao presente contrato social e as deliberações dos sócios e as leis e regulamentos aplicáveis às atividades da Sociedade;
- II) exercer a supervisão de todas as atividades da Sociedade, formulando as estratégias e diretrizes operacionais da Sociedade, bem como estabelecendo os critérios para a execução das atividades sociais;
- III) elaborar os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Sociedade e de suas empresas controladas, submetendo à aprovação dos sócios e promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- IV) ao término de cada exercício social, proceder a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Parágrafo segundo. Todos os atos que criarem responsabilidade para com a Sociedade, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos se tiverem:

- I) a assinatura individual dos Diretores da Sociedade; ou
- II) a assinatura de 1 (um) procurador, na forma do parágrafo quinto desta cláusula.

Parágrafo terceiro. É vedado o emprego da denominação social para a prática de atos gratuitos em benefício de terceiros, assim como em operações estranhas ao objeto social.

Parágrafo quarto. Os instrumentos de mandato dos procuradores nomeados pela Sociedade deverão especificar expressamente os poderes conferidos e conter prazo de validade, nunca superior a 01 (um) ano, exceto a procuração ad judícia.

Parágrafo quinto. A Sociedade poderá ser representada isoladamente por procuradores com poderes da cláusula ad judícia, bem como procuradores nomeados para o fim específico nos seguintes atos:

8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

- I) perante os órgãos dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência e Assistência Social, suas repartições, delegacias, seções e divisões;
- II) assinar carteiras de trabalho, alterações e anotações feitas nas mesmas;
- III) assinar comunicações de dispensa, pedidos de exame, comunicações em geral referentes às relações trabalhistas entre a Sociedade e seus empregados;
- IV) firmar pedidos de saldo de contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pedir transferências de contas, autorizar retiradas de saldos destas contas, bem como fazer inscrições de empregados no Programa de Integração Social (PIS);
- V) em operações de transferência de valores entre contas correntes de mesma titularidade e as transferências de valores entre as controladas, direta ou indiretamente, pela Sociedade.

Parágrafo sexto. Dependerá de aprovação expressa dos sócios representantes da maioria do capital social a realização dos seguintes atos especiais:

- I) escolha e destituição dos auditores independentes;
- II) fixação do voto a ser dado pela Sociedade nas Assembleias Gerais e aprovação prévia das alterações contratuais ou das deliberações de sócios das Sociedades em que participe, conforme o caso, como sócia ou acionista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos;
- III) a fixação dos critérios gerais de remuneração da administração e dos funcionários de escalão superior (como tal entendidos os superintendentes ou ocupantes de cargos de direção equivalentes) de sociedade em que a Sociedade houver efetuado investimento ou das Companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Sociedade;
- IV) fixação da política de remuneração e de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da administração e dos funcionários em geral da Sociedade em que houver efetuado investimento ou das Companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Sociedade, ou coligadas às suas controladas, respeitado o que estiver previsto nos acordos existentes;



8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

- V) venda de imobilizado no valor acima de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- VI) a prestação de fiança, aval ou outra garantia em favor de terceiros não integrantes do grupo de empresas controladas e coligadas da Sociedade;
- VII) plano de Negócios e de Trabalhos, Plano de Investimentos e de Endividamento e orçamentos anuais;
- VIII) contratação de empréstimos ou financiamentos junto às instituições financeiras, bem como a contratação de fornecimento de bens ou serviços no montante superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo sétimo. A Administração da Sociedade será exercida isoladamente pelos Sócios **ADÍLIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Carteira de Identidade nº 37.313.728-X, expedida pela SSP – SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 606.064.287-04, residente e domiciliada na cidade de São Paulo – SP, na Rua Alexandre Dumas nº 1.392, apto. 181, CEP 04717-003, Chácara Santo Antônio e/ou **JOSÉ TEOTONIO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 93.101, expedida pela OAB-RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 908.966.297-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo – SP, na Rua Alexandre Dumas nº 1.392, apto. 181, CEP 04717-003, Chácara Santo Antônio, os quais atuarão sob a designação de Diretor.

Parágrafo oitavo. Os Diretores e Sócios, DECLARAM, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SÉTIMA – REUNIÃO DOS SÓCIOS

A reunião dos sócios, que deverá ser convocada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, realizar-se-á ao menos uma vez por ano, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, objetivando:



8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

- I) tomar as contas dos Administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- II) designar Administradores, quando for o caso;
- III) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo primeiro. Ficam dispensadas as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo segundo. Fica dispensada a realização da reunião quando todos os sócios decidirem por outra forma, por escrito, sobre a matéria que seja objeto de reunião.

Parágrafo terceiro. A reunião será presidida e secretariada por sócios ou respectivos representantes escolhidos entre os presentes.

CLÁUSULA OITAVA – CONSELHO FISCAL

A Sociedade poderá ter um conselho fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, não tendo caráter permanente e só será eleito e instalado pela reunião anual dos sócios.

Parágrafo primeiro. O funcionamento do conselho fiscal terminará na primeira reunião de sócios no ano subsequente a sua instalação, podendo os seus membros serem reeleitos.

Parágrafo segundo. A remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada pela reunião de sócios que os eleger.

CLÁUSULA NONA – EXERCÍCIO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O exercício social compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial e o de resultado econômico observadas as prescrições legais. O lucro apurado poderá ser distribuído no todo ou em parte, por



8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A Sociedade é regida pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e supletivamente pelas normas das sociedades anônimas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo - SP, 01 de agosto de 2016.





ADILIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA



JOSÉ TEOTÔNIO DA SILVA

Testemunhas:


Nome: Cecília da Silva Costa
RG: 54.893.131-8. 65115P
CPF: 988.694.265-72.

e 
Nome: Gabriela Canvalho do Nascimento
RG: 37.983885-0
CPF: 336.579.188-41



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa Lino Atividades Administrativas Ltda.ME, inscrita no CNPJ (MF) nº 10.818.654/0001-80, inscrição estadual nº 148.596.864.118, estabelecida em Av. Adolfo Pinheiro 2054 – Sala 212 – CEP 04734-003 Santo Amaro – São Paulo, possui os seguintes **contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:**

Nome do Órgão/Empresa	Vigência dos Contratos	Valor total do contrato
DAESP -Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Av. do Estado, 777 - Luz, São Paulo - SP, 01107-000)	07/12/2016 à 07/06/2019	R\$ 39.348,36
DAESP -Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Av. do Estado, 777 - Luz, São Paulo - SP, 01107-000)	01/03/2016 à 01/12/2019	R\$ 39.147,00
CVM – Comissão de Valores Imobiliários (Rua Cincinato Braga, 340 – 2º andar - Bela Vista, São Paulo - SP, 01333-010)	24/10/2016 à 23/10/2018	R\$ 31.802,76
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados (Rua Formosa, 367 – 26º andar) Centro, São Paulo - SP, 01049-000)	29/05/2017 à 31/05/2019	R\$ 15.683,22
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados (Rua Formosa, 367 – 26º andar) Centro, São Paulo - SP, 01049-000)	04/07/2016 à 03/07/2019	R\$ 16.693,74
Defensoria Pública do Estado (Rua Boa Vista, 200, Centro – CEP01014-903 – São Paulo/SP)	03/07/2017 à 02/07/2019	R\$ 116.953,20
Secretária de Logística e Transportes (Rua Iaiá, 126 11º ao 13º andar – Itaim Bibi – CEP 04542-906 – São Paulo/SP)	03/10/2016 à 03/04/2019	R\$ 58.408,34
Câmara Municipal de Campinas (Av. Ponte da Saudade, 1004 – Bairro Ponte Preta – Campinas/SP)	30/07/2018 à 29/07/2019	R\$ 207.160,14
CROSP – Conselho Regional de Odontologia	13/06/2018 à 12/06/2019	R\$ 26.665,20

de São Paulo (Av. Paulista 688, Térreo – Bela Vista – São Paulo/SP)		
Valor Total dos Contratos		R\$ 551.861,96

Valor total dos Contratos R\$ 551.861,96 (Quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos.)

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a ½ (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública.

$$\frac{R\$ 47.296,96 \times 12}{551.861,96} = 1,02$$

JUSTIFICATIVA > 10%

Nossos contratos de maior valor foram firmados no exercício social de 2018, razão pela qual superam os 10% a maior do que constante na declaração e a receita bruta discriminada no DRE.

São Paulo, 21 de setembro de 2018.


LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA.-ME
Gabriela Carvalho do Nascimento

DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO

Declara que, a empresa Lino Atividades Administrativas Ltda.-ME, CNPJ nº 10.818.654/0001-80, sediada na Av. Adolfo Pinheiro, 2054 – Sala 212 – Santo Amaro – CEP 04734-003, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao objeto do Edital nº10/2018, processo administrativo nº 50300.010563/2018-37, e declara estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Edital referente ao Pregão Eletrônico nº10/2018.

São Paulo, 21 de setembro de 2018.



Gabriela Carvalho do Nascimento

LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA.-ME



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
Rua Formosa, 367, 26º andar - Edifício CBI - Bairro Centro
São Paulo/SP, CEP 01049-000 - www.susep.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO nº 38/2017/SUSEP/ERSSP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 42.354.068/0001-19, atesta para os devidos fins que a empresa LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.818.654/0001-80, situada na Avenida Adolfo Pinheiro, 2.054 – Sala 212 Santo Amaro São Paulo / SP – CEP 04734-003, executa serviços contínuos de recepção, com dedicação exclusiva de mão de obra em regime de 40 (quarenta) horas semanais, nas dependências da Superintendência de Seguros Privados em São Paulo, conforme Contrato n.º 20/2016.

A execução dos serviços contínuos de recepção é realizada nas dependências da Superintendência de Seguros Privados em São Paulo, situada na Rua Formosa, 367 – 26º andar – Centro – São Paulo – SP.

Dados da Contratação:

Processo SUSEP: 15414.606341/2016-74

Pregão Eletrônico: 07/2016

Contrato: 20/2016

Quantidade de postos: **01 posto de recepcionista**, com dedicação exclusiva de mão de obra em regime de 40 (quarenta) horas semanais.

Vigência do Contrato:

Vigência inicial: 04/07/2016 a 03/07/2017

1.ª prorrogação: 04/07/2017 a 03/07/2018

Atestamos que os Serviços são executados satisfatoriamente não existindo em nossos registros, **até a presente data**, fatos que desabonem a conduta da empresa e responsabilidade com as obrigações assumidas.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ WILSON MARTINS DE LIMA (MATRÍCULA 1778544)**, **Analista Técnico da Susep**, em 17/11/2017, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO ALVES DE QUEIROZ (MATRÍCULA 1375946)**, **Coordenador**, em 17/11/2017, às 11:50, conforme artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .

Nº de Série do Certificado: 39921003166747654498455108371705977564



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0208378** e o código CRC **A5A515B3**.

SEI nº 15414.606341/2016-74

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. ME**, inscrita no CNPJ (MF) nº **10.818.654/0001-80**, estabelecida no Bairro de Santo Amaro à Avenida Adolfo Pinheiro, 2054 – sala 212, executa serviços de **Prestação de Serviços de Recepcionista no Escritório da FINEP em São Paulo**, desde 18/07/2016 até a presente data.

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa estão sendo cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

São Paulo, 23 de janeiro de 2018.

Gustavo H. Amaral Salles - 2337
DASP - FINEP
Gerente



www.finep.gov.br

Rio de Janeiro

Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031 170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo

JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543 000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília

SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mail
70712 903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC

t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br

Ouvidoria

t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – UNIVESP, CNPJ/MF nº 17.455.396/0001-64 Inscrição Municipal nº 5.046.604-6, sediada à Av. Escola Politécnica, 82, Jaguaré, Cidade de São Paulo- SP, atesta, sob as penas da lei e para os devidos fins, que a empresa abaixo qualificada:

Razão Social: Lino Atividades Administrativas	
CNPJ: 10.818.654/0001-80	Inscrição Estadual: 148.596.864.118
Inscrição Municipal: 3.952.203-2	
Endereço: Av. Adolfo Pinheiro, 2054 - Sala 212 - Santo Amaro - CEP 04734-003 - São Paulo- SP.	

Presta (ou) serviços à declarante, conforme segue:

- a) Número do contrato: 026/2016;
- b) Data de início e vigência contratual: 01/04/2016, prazo 30/06/2017; e
- c) Especificação dos materiais/serviços contratados: - Prestação de Serviços de Copeiragem e Recepcionista – sendo 01 (uma) copeira e 01 (uma) recepcionista.

Atesto ainda que a Contratada apresentou bom desempenho com relação ao objeto do Contrato e às obrigações contraídas junto à declarante.

São Paulo, 05 de outubro de 2017.



Ricardo Alexandre de Almeida Bocalon

Diretor Administrativo

Rg: 22.437.457-6

17.455.396/0001-64
Fundação Universidade Virtual do
Estado de São Paulo - UNIVESP

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

CNPJ: 10.818.654/0001-80 Nire: 35223186286 Scp:

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: Livro Diário Geral

Identificação do arquivo(hash): 17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.72.9A.02.08.C7.15.59.79-

Consulta Realizada em: 18/05/2018 07:05:27

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

Empresa: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Folha: 1

CNPJ: 10.818.654/0001-80

Período: 01/01/2018 a 30/04/2018

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	323.440,87	PASSIVO CIRCULANTE	216.117,35
DISPONIVEL	74.765,77	FORNECEDORES	564,43
BANCOS	74.765,77	FORNECEDORES	564,43
*BANCOS CONTA MOVIMENTO	(7.488,78)	*FORNECEDORES NACIONAIS	564,43
ITAÚ	(4.517,36)	FORNECEDORES DIVERSOS	564,43
SANTANDER	(2.971,42)	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.838,91
*APLICACOES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIAT	82.254,55	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.838,91
APLICACAO BB RF CP	12.278,83	*IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECOLHER	8.838,91
APLIC. ESPECIAL RF FICFI - ITAÚ	69.975,72	ISS A RECOLHER	55,31
CLIENTES	220.476,68	IRPJ A RECOLHER	3.126,67
DUPLICATAS A RECEBER	220.476,68	CSLL A RECOLHER	3.058,92
*DUPLICATAS A RECEBER	220.476,68	PIS A RECOLHER	536,26
CLIENTES	220.476,68	COFINS A RECOLHER	2.061,75
OUTROS CREDITOS	28.198,42	OBRIGACOES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIA	23.027,60
OUTROS CREDITOS	28.198,42	OBRIGACOES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIA	23.027,60
*ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	622,31	*OBRIGACOES COM O PESSOAL	16.661,00
ADIANTAMENTO 13º SALÁRIO	622,31	SALARIOS A PAGAR	16.661,00
*TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	27.576,11	*OBRIGACOES TRABALHISTAS/PREVIDENCIARIAS	6.366,60
ISS A RECUPERAR	2.462,78	INSS A RECOLHER	4.241,09
IRRF A RECUPERAR	1.666,78	FGTS A RECOLHER	1.837,34
TRIBUTOS PAGOS A MAIOR OU INDEVIDAMENT	1.025,47	CONTRIB. ASSISTENCIAL A RECOLHER	288,17
CSLL A RECUPERAR	204,84	OUTRAS OBRIGACOES	183.686,41
COFINS A RECUPERAR	(413,17)	OUTRAS OBRIGACOES	183.686,41
PIS A RECUPERAR	43,97	*SOCIOS, ADM, PESSOAS LIGADAS PF/PJ	183.686,41
INSS A COMPENSAR	22.585,44	DIVERSOS	164.160,87
ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.998,43	TECLE ATIVIDADES ADM. LTDA	19.525,54
IMOBILIZADO	14.998,43	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	75.051,99
BENS MÓVEIS	14.998,43	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	75.051,99
*BENS MÓVEIS	19.090,56	OUTRAS OBRIGAÇÕES	70.580,61
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.461,95	*EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	70.580,61
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.910,40	BB GIRO FLEX	9.755,11
INSTALAÇÕES	694,21	CAPITAL DE GIRO - ITAÚ	60.825,50
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	3.024,00	RECEITAS DIFERIDAS	4.471,38
*(-) DEPRECIACOES, AMORT. E EXAUST. ACUM	(4.092,13)	*RECEITAS DIFERIDAS S/IMÓVEIS VENDIDOS	4.471,38
(-) DEPR. ACUM. DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(1.837,35)	RECEITA FINANC. PRO-RATA	4.471,38
(-) DEPR. ACUM. COMPUTADORES E PERIF.	(730,80)		
(-) DEPR. ACUM. MÁQ. E EQUIPTOS	(1.391,28)		
(-) DEPR. ACUMULADA DE INSTALAÇÕES	(132,70)		
*			
*			

Empresa: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Folha: 2

CNPJ: 10.818.654/0001-80

Período: 01/01/2018 a 30/04/2018

Balanco Patrimonial

*	PATRIMONIO LIQUIDO	47.269,96
*		
*	CAPITAL SOCIAL	100.000,00
*		
*	CAPITAL SOCIAL	100.000,00
*		
*	*CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00
*		
*	(-)PREJUIZOS ACUMULADOS	(82.556,63)
*		
*	(-)PREJUIZOS ACUMULADOS	(82.556,63)
*		
*	*(-)PREJUIZOS ACUMULADOS	(82.556,63)
*		
*	RESULTADO DO EXERCICIO	29.826,59
*		
*	RESULTADO DO EXERCICIO	29.826,59
*		
*	*RESULTADO DO EXERCICIO	29.826,59
*	PREJUIZO DO EXERCICIO	(40.173,41)
TOTAL DO ATIVO:		338.439,30
TOTAL DO PASSIVO:		338.439,30

SAO PAULO, 30 de abril de 2018.

SOCIO-ADMINISTRADOR
JOSE TEOTONIO DA SILVA
CPF: 908.966.297-91

CONTADOR
GERSON BRONZE
CT CRC: 090673/O-6

Empresa: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Folha: 1

CNPJ: 10.818.654/0001-80

Período: 01/01/2018 a 30/04/2018

Demonstração do Resultado do Exercício

RECEITAS	
RECEITA DA PRESTACAO DE SERVICOS	160.165,65 C
SERVIÇOS PRESTADOS	160.165,65 C
(-) IMPOSTOS INCIDENTES S/ VENDAS	15.721,21 D
ISS	740,37 D
COFINS	4.804,98 D
PIS-PASEP	1.041,08 D
CSLL	3.425,54 D
IRPJ	5.709,24 D
REVERSÃO DE PROVISÕES	4.643,61 C
RECUP. DE DESPESAS DIVERSAS S/ FOLHA	333,17 C
RECUP. VALE-TRANSPORTE S/ FOLHA	3.805,52 C
RECUP. VALE-REFEICÃO S/ FOLHA	98,80 C
RECUP. ASSIST. MÉDICA/ODONTO S/ FOLHA	406,12 C
RECEITAS DIVERSAS	65,47 C
OUTRAS RECEITAS	65,47 C
CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS	
DESPESAS COM PESSOAL	130.571,07 D
SALÁRIOS E ORDENADOS	80.341,20 D
HORAS EXTRAS	356,41 D
13º SALÁRIO	686,63 D
FÉRIAS	14.991,55 D
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	238,77 D
ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.315,52 D
VALE-ALIMENTAÇÃO/REFEICÃO	20.981,91 D
VALE-TRANSPORTE	8.285,72 D
PLR	1.213,36 D
EXAMES MÉDICOS (PCMSO)	160,00 D
ENCARGOS SOCIAIS	40.723,84 D
INSS	31.515,60 D
FGTS	8.277,60 D
FGTS RESCISÓRIO	930,64 D
DESPESAS GERAIS	17.961,02 D
INTERNET	80,00 D
SEGUROS	10,33 D
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	493,84 D
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	3.150,00 D
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PJ	868,88 D
DESPESAS DIVERSAS	2.528,17 D
DESPESAS COM NET	946,24 D
COPA E COZINHA	360,33 D
VALE-TRANSPORTE - ESCRITORIO	1.998,01 D
DESPESAS COM UNIFORMES	261,47 D
ALUGUÉIS E CONDOMINIOS	2.091,00 D
VALE-REFEICAO- ESCRITORIO	609,76 D
MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	2.633,32 D
UNIFORMES	1.929,67 D

Empresa: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Folha: 2

CNPJ: 10.818.654/0001-80


Período: 01/01/2018 a 30/04/2018

Demonstração do Resultado do Exercício

DESPESAS FINANCEIRAS	71,00 D
TARIFAS BANCARIAS	71,00 D
= Prejuízo	40.173,41 D

SAO PAULO, 30 de abril de 2018.

SOCIO-ADMINISTRADOR
JOSE TEOTONIO DA SILVA
CPF: 908.966.297-91



CONTADOR
GERSON BRONZE
CT CRC: 090673/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 10.818.654/0001-80

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 111.260,82	R\$ 345.502,63
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 93.560,23	R\$ 330.504,20
DISPONIVEL	R\$ 69.069,31	R\$ 104.765,23
NUMERÁRIOS	R\$ 2.251,30	R\$ 0,00
CAIXA	R\$ 2.251,30	R\$ 0,00
CAIXA	R\$ 2.251,30	R\$ 0,00
BANCOS	R\$ 66.818,01	R\$ 104.765,23
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 66.719,53	R\$ 127,08
APLICACOES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	R\$ 98,48	R\$ 104.638,15
APLICACAO SANTANDER	R\$ 98,48	R\$ 0,00
APLICAÇÃO BB RF CP	R\$ 0,00	R\$ 166,77
APLIC. ESPECIAL RF FICFI - ITAÚ	R\$ 0,00	R\$ 104.471,38
CLIENTES	R\$ 5.112,96	R\$ 203.571,89
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 5.112,96	R\$ 203.571,89
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 5.112,96	R\$ 203.571,89
CLIENTES	R\$ 5.112,96	R\$ 203.571,89
OUTROS CREDITOS	R\$ 19.377,96	R\$ 22.167,08
OUTROS CREDITOS	R\$ 19.377,96	R\$ 22.167,08
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	R\$ 0,00	R\$ 3.303,61
ADIANTAMENTO FÉRIAS	R\$ 0,00	R\$ 3.303,61
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	R\$ 19.377,96	R\$ 18.863,47
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 17.700,59	R\$ 14.998,43
IMOBILIZADO	R\$ 17.700,59	R\$ 14.998,43
BENS MÓVEIS	R\$ 17.700,59	R\$ 14.998,43
BENS MÓVEIS	R\$ 19.090,56	R\$ 19.090,56
(-) (-) DEPRECIACOES, AMORT. E EXAUST. ACUM.	R\$ (1.389,97)	R\$ (4.092,13)
(-) (-) DEPR. ACUM. DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ (791,19)	R\$ (1.837,35)
(-) (-) DEPR. ACUM. COMPUTADORES E PERIF.	R\$ (126,00)	R\$ (730,80)
(-) (-) DEPR. ACUM. MÁQ. E EQUIPTOS	R\$ (409,20)	R\$ (1.391,28)
(-) (-) DEPR. ACUMULADA DE INSTALAÇÕES	R\$ (63,58)	R\$ (132,70)
PASSIVO	R\$ 111.260,82	R\$ 345.502,63
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 81.931,67	R\$ 252.328,75

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.72.9A.02.08.C7.15.59.79-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 10.818.654/0001-80

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
FORNECEDORES	R\$ 7.126,06	R\$ 153,33
FORNECEDORES	R\$ 7.126,06	R\$ 153,33
FORNECEDORES NACIONAIS	R\$ 7.126,06	R\$ 153,33
FORNECEDORES - SERVIÇOS	R\$ 44,47	R\$ 0,00
FORNECEDORES DIVERSOS	R\$ 7.081,59	R\$ 153,33
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	R\$ 18.816,09	R\$ 19.768,02
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	R\$ 18.816,09	R\$ 19.768,02
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECOLHER	R\$ 18.816,09	R\$ 19.768,02
OBRIGACOES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIA	R\$ 54.114,52	R\$ 25.016,99
OBRIGACOES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIA	R\$ 54.114,52	R\$ 25.016,99
OBRIGACOES COM O PESSOAL	R\$ 20.277,07	R\$ 18.757,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS/PREVIDENCIARIAS	R\$ 33.837,45	R\$ 6.259,99
OUTRAS OBRIGACOES	R\$ 1.875,00	R\$ 207.390,41
OUTRAS OBRIGACOES	R\$ 1.875,00	R\$ 207.390,41
CONTAS A PAGAR	R\$ 1.875,00	R\$ 0,00
SOCIOS, ADM, PESSOAS LIGADAS PF/PJ	R\$ 0,00	R\$ 207.390,41
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 262.505,29	R\$ 75.730,51
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	R\$ 262.505,29	R\$ 75.730,51
OUTRAS OBRIGAÇÕES	R\$ 262.505,29	R\$ 71.259,13
SOCIOS, ADM, PESSOAS LIGADAS PF/PJ	R\$ 262.505,29	R\$ 0,00
DIVERSOS	R\$ 230.840,22	R\$ 0,00
TECLE ATIVIDADES ADM LTDA	R\$ 31.665,07	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	R\$ 0,00	R\$ 71.259,13
RECEITAS DIFERIDAS	R\$ 0,00	R\$ 4.471,38
RECEITAS DIFERIDAS S/ IMÓVEIS VENDIDOS	R\$ 0,00	R\$ 4.471,38
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ (233.176,14)	R\$ 17.443,37
CAPITAL SOCIAL	R\$ 15.000,00	R\$ 100.000,00
CAPITAL SOCIAL	R\$ 15.000,00	R\$ 100.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	R\$ 15.000,00	R\$ 100.000,00
CAPITAL SOCIAL	R\$ 15.000,00	R\$ 100.000,00
(-) (-)PREJUIZOS ACUMULADOS	R\$ (121.598,79)	R\$ (82.556,63)
(-) (-)PREJUIZOS ACUMULADOS	R\$ (121.598,79)	R\$ (82.556,63)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.72.9A.02.08.C7.15.59.79-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 10.818.654/0001-80

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) (-)PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ (121.598,79)	R\$ (82.556,63)
(-) (-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ (121.598,79)	R\$ (82.556,63)
RESULTADO DO EXERCICIO	R\$ (126.577,35)	R\$ 0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	R\$ (126.577,35)	R\$ 0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	R\$ (126.577,35)	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.72.9A.02.08.C7.15.59.79-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 10.818.654/0001-80

C.C.M: 3.952.203-2

Contribuinte : LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA- ME

Pessoa Jurídica : Comum

Tipo de unidade : Produtiva

Endereço : Avenida Adolfo Pinheiro 02054 CJ 212 E VG

Bairro : Santo Amaro

CEP : 04734-003

Telefone : (11) 2309-1595

Início de Funcionamento : 16/04/2009

Data de Inscrição : 21/08/2009

CCM Centralizador : Não consta

Tipo de Endereço : Comercial

Nro. do Contribuinte de IPTU : 088.046.0306-2

Última Atualização Cadastral : 30/03/2017

CNAE			
Código	Descrição	Tipo	Data Início
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	Principal	08/12/2016

Código(s) de tributo(s)				
Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd.Anúncios
1406	08/12/2016	ISS	2	
32301	08/12/2016	TFE	-	



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 10.818.654/0001-80

C.C.M: 3.952.203-2

Expedida em 10/08/2018 via Internet com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **Gj9m2M4W**

Data de validade: **10/11/2018**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000800/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/05/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR017671/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.007390/2018-61
DATA DO PROTOCOLO: 15/05/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO COSTA GARCIA;

E

SINDICATO EMPREGS EMPS ASSEIO CONSERV MUNIC RIO JANEIRO, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO CARLOS DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2019 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Rio De Janeiro/RJ**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2018, será no valor de R\$ 1.194,00 (um mil e cento e noventa e quatro reais), sofrendo um reajuste no percentual de 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.194,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.194,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.194,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.194,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.194,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.194,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.201,50
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.268,18
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.268,18

- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.268,18
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$1.194,00
- AGENTE DE SEGURANÇA TRABALHISTA	R\$ 1.481,02
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.465,15
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.474,46
- ALMOXARIFE	R\$ 1.701,41
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.392,14
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.613,75
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 1.843,98
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 1.912,57 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.134,30 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.194,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.194,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.622,70
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 1.770,20
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.441,66
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.361,75
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.420,00
- ENCARREGADO	R\$ 1.491,45
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 1.709,15
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.048,60
- FAXINEIRA	R\$ 1.194,00
- GARÇOM	R\$ 1.701,41
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 1.771,94
- JARDINEIRO	R\$ 1.957,58
- LIMPADOR	R\$ 1.194,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.194,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.194,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.521,59 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.194,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.194,00



- MANOBRISTA	R\$ 1.268,18
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.194,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.194,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.268,18 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.268,18 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.268,18 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.546,59
- PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR	R\$ 1.323,27
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.268,18
- RECEPCIONISTA PLENO	R\$ 2.041,51
- RECEPCIONISTA SENIOR	R\$ 2.463,06
- SERVENTE	R\$ 1.194,00
- SUPERVISOR	R\$ 3.048,60
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.194,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.213,05
- TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	R\$ 1.989,47

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento), a partir de Março/2018, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando-se, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2018.

PARÁGRAFO SEXTO: JOVEM APRENDIZ - Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho-TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor,

sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na preponderância da autonomia da vontade coletiva, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2018, será de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), convertido em salário/hora, sendo que as empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, em relação às funções que demandem formação profissional, com base no quantitativo das funções previstas no corpo administrativo das empresas, sendo excluídas da base de cálculo as funções de auxiliar de serviços gerais, porteiro, zelador, servente, copeira e jardineiro, motoristas e moto boys justamente por não demandarem qualquer formação para o exercício.

CLÁUSULA QUARTA - DISPÊNDIO FINANCEIRO: REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL EM 4,33%

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, ocorridas entre a CCT/17 e CCT/18, no mês da data-base, qual seja, março de 2018, nos termos da Lei nº 10.192/01, bem como do Acórdão nº 1.563/2004 e Súmula nº 222, ambos do TCU, portanto, extensiva a todos os contratantes de serviços privados e públicos (Administração Pública Federal, Estadual e Municipal), na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2017	CCT / 2018	VARIAÇÃO FINANCEIRA
Cláusula 3ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 1.150,00	R\$ 1.194,00	3,83%
Cláusula 20ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 391,00	R\$ 414,00	5,88%
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)			
Cláusula 25ª (Benefício Social Familiar)	R\$ 5,35	R\$ 5,35	0%
TOTAL	R\$ 1.546,35	R\$ 1.613,35	4,33%

REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DA CATEGORIA: 4,33% (quatro vírgula trinta e três por cento)

CLÁUSULA QUINTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2018, a partir do segundo mês seguinte ao da assinatura e respectivo protocolo do presente instrumento normativo, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA NONA - CONTRA - CHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contra-cheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contra-cheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme Instrução Normativa nº 01 do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento), a partir de 1º de Março de 2018, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/18, outubro/18, novembro/18 e dezembro/18) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

PRÊMIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, as diárias para viagem e os prêmios não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, até duas vezes ao ano, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) por empregado, a partir de 01 de Junho de 2018, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado, após ter sido efetuado o desconto de que trata o caput da presente cláusula, deverá comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica ou sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) por empregado, a partir de 01 de Junho de 2018, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado, após ter sido efetuado o desconto de que trata o caput da presente cláusula, deverá comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência odontológica ou sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As entidades convenientes prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, os benefícios sociais abaixo relacionados, através de organização gestora especializada e aprovada por estas entidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos benefícios sociais manter-se-á, e terá como base, para seus procedimentos, como parte integrante desta cláusula, o Manual de Orientação e Regras, o qual deverá estar disponível no site da gestora. Para lisura do processo e conservação de direitos, este Manual deverá ser registrado em cartório em até 30 (trinta) dias úteis após a homologação desta CCT.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresse consentimento da entidade sindical profissional, as empresas recolherão, compulsoriamente, a título de contribuição social, até o dia 10 (dez) de cada mês, o valor total de **R\$ 10,70 (dez reais e setenta centavos)** por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br, conforme decisão em Assembleia Geral Extraordinária dos trabalhadores. Os empregadores poderão descontar mensalmente de cada trabalhador, em folha de pagamento, até a importância de **R\$ 5,35 (cinco reais e trinta e cinco centavos)**. O empregador não se obriga ao pagamento da parte do trabalhador, quando este se opuser formalmente ao desconto junto ao sindicato laboral. Nesta situação o empregador fica responsável somente pelo pagamento da parte que lhe cabe, no valor de **R\$ 5,35 (cinco reais e trinta e cinco centavos)**, por trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantidos ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomar o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

PARÁGRAFO QUARTO – Devido a natureza social e emergencial dos benefícios disponibilizados, na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá comunicar formalmente a gestora através do seu site, no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias a contar do fato gerador, e no caso de nascimento de filhos, este prazo será de 120 (cento e vinte) dias, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador prejudicado, como se inadimplente estivesse.

PARÁGRAFO QUINTO – O empregador, que estiver inadimplente com o recolhimento desta contribuição, ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados. Na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores, estes não perderão direito aos benefícios, e o empregador deverá indenizar o trabalhador ou seus familiares, o equivalente a 20 (vinte) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação formal feita pela gestora, ficará isento desta indenização.

PARÁGRAFO SEXTO - Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos devido a fatos novos constantes nesta CCT e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Estará disponível no site da gestora, a cada pagamento mensal, o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Familiar, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores

quando solicitado.

PARÁGRAFO OITAVO - Para conhecimento integral do Manual de Orientação e Regras que regem o Benefício Social Familiar, acesse o site www.beneficiosocial.com.br, pois tal procedimento se faz necessário devido à grande quantidade de informações descritas neste Manual e sua transcrição, na íntegra, neste instrumento seria inviável.

PARÁGRAFO NONO - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenientes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenientes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 48h (quarenta e oito horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria ou qualquer outro que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o

valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

PARÁGRAFO SEGUNDO: CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - O contrato de experiência será de 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2(dois) períodos de 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

FÉRIAS E LICENÇAS **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR **CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e

funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

RELAÇÕES SINDICAIS GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 02 (dois) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL COLABORATIVA LABORAL

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram o desconto da contribuição social com o requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância de R\$8,00 (oito reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária do dia **01 de março de 2018**, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária, criminal e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão-de-obra. Fica assegurado ao trabalhador o direito de opor-se ao referido desconto a qualquer tempo, a ser manifestado por escrito, com identificação de assinatura do oponente, pessoalmente na sede do sindicato laboral sem efeito retroativo. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas deverão efetuar o pagamento da Contribuição Social Colaborativa Laboral no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha, somente através de boleto Bancário emitido pelo site do Sindicato www.asseiomrj.com.br ou www.siemaco-rio.com.br, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia da folha de pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Social Colaborativa Laboral, acrescidos de atualização monetária. A quitação definitiva deste pagamento só se consolidará com a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada ao Sindicato Laboral através de Email.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CUSTEIO SINDICAL

O desconto da contribuição sindical previsto no art.578 da Lei 13.467/17 em favor do sindicato laboral, fixado pela assembléia geral da categoria e devidamente registrado em ata, será efetuado em folha de pagamento dos empregados, associados ou não ao Sindicato, conforme valores e datas fixadas pela assembléia da categoria, seguindo a orientação da nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A deliberação dos empregados em assembléia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A entidade Sindical deverá enviar ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro as atas de assembléia registrando a aprovação da contribuição em favor do Sindicato de Trabalhadores, em 10 (dez) dias contados do dia da realização da Assembléia.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica garantido a todo empregado pertencente a categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados após a realização da respectiva Assembléia.

PARÁGRAFO QUARTO – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação legível e a assinatura do empregado, em formulário próprio a ser fornecido pelo Sindicato laboral, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical ou perante um dirigente ou delegado sindical indicado pelo sindicato para tal finalidade nos municípios onde não haja sede ou sub-sede do Sindicato.

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese do Sindicato laboral não indicar dirigente ou delegado sindical nos termos do parágrafo anterior, a oposição poderá ser formulada perante tais representantes, independente da indicação.

PARÁGRAFO SEXTO – Caberá à entidade sindical a entrega de comprovante de recebimento da oposição para o empregado quando da prática do referido ato.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Presume-se autorizado o desconto em folha de todos os trabalhadores desde que regularmente convocados para a assembléia, filiados ou não.

PARÁGRAFO OITAVO – A entidade sindical encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do apurado, a relação dos que se opuseram, sob pena de responder pelos descontos efetuados sem a devida autorização.

PARÁGRAFO NONO – O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2018

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária, publicada no dia 19/2/2018, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 19 de Outubro de 2018, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 19 de Outubro de 2018, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Assistencial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 19 de Outubro de 2018, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2018

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária, publicada no dia 19/2/2018, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 20 de Julho de 2018, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 20 de Julho de 2018, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 120 (cento e vinte) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenientes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PREVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC

Os Sindicatos Convenentes revalidam a Cláusula Sexagésima Segunda – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2017 a 28 de Fevereiro de 2018, registrada no MTE sob o nº RJ000756/2017, da forma que se segue:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC, nos termos da presente Cláusula, prevista no Art. 625-A da CLT, é composta de 1 (um) representante dos empregadores e 1 (um) representante dos empregados, e respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano prorrogável por mais 1 (um) ano, com o objetivo de buscar a conciliação de conflitos individuais de trabalho.

1.1 - Todas as demandas de natureza trabalhista, apresentadas pelo empregado ou pela empresa, no âmbito da representatividade dos convenentes, na jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro, serão submetidas previamente à CICPAC, conforme determina o Art. 625-D da CLT.

1.2 - Não haverá qualquer hierarquia nem subordinação entre os membros da CICPAC.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC tem sede na Rua Leandro Martins, nº 10, sala 701, Centro – Rio de Janeiro, e funciona de 2ª a 6ª feira, no horário das 9:00 às 17:00 horas, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro.

2.1 - A demanda será recebida por escrito pela Secretaria da CICPAC, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de conciliação, entregando recibo ao demandante.

2.2 - Para formular a demanda, o demandante deverá apresentar todas as provas documentais, além do nome, endereço e CEP da demandada.

2.3 - A sessão de tentativa de conciliação deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do ingresso da demanda.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A título de reposição de despesas da CICPAC, será cobrado uma taxa no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser pago pela empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, sendo que, para as demais empresas, será cobrada uma taxa no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), ambas por cada sessão de conciliação realizada.

3.1 - A remuneração dos representantes dos Sindicatos Convenentes na CICPAC é de responsabilidade de cada Sindicato respectivo.

3.2 - Não será cobrada qualquer quantia se qualquer das partes se ausentar.

3.3 - Em hipótese alguma o empregado arcará com qualquer encargo.

PARÁGRAFO QUARTO: A CICIPAC notificará a empresa por meio de comunicação mais rápido possível, podendo, para tanto, ser utilizado fax, e-mail, e outros, com no mínimo cinco dias de antecedência à realização da sessão de conciliação, devendo constar dos autos, cópia dessa notificação juntamente com o comprovante de recebimento.

4.1 – Da notificação constará, necessariamente, o nome dos demandantes, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a advertência de que a demandada deverá comparecer na pessoa de seu representante legal ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir ou firmar acordo, além de apresentar cópia do contrato social da demandada.

4.2 – Quando da realização da sessão de conciliação, a demandada apresentará todas as provas documentais que achar necessário.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso qualquer das partes não compareça à sessão de conciliação, os conciliadores da CICIPAC, presentes à sessão, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: Os advogados terão livre acesso às audiências de Conciliação Prévia e poderão assistir empregados e empregadores, terem vistas dos documentos e manifestarem-se em sessão de conciliação.

6.1 – Não prosperando a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICIPAC, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

6.2 – Aceita a conciliação será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICIPAC presentes à sessão, fornecendo cópia às partes.

6.3 – O Termo de Conciliação é título executivo extrajudicial e têm eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único, do Art. 625-E, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caberá ao Sindicato Laboral a indicação e remuneração de um secretário que atuará nas sessões.

PARÁGRAFO OITAVO: O funcionamento da Secretaria será de responsabilidade dos Sindicatos Convenentes.

PARÁGRAFO NONO: Os Sindicatos comunicarão a instalação da Comissão aos Juizes das Varas de Trabalho com jurisdição em sua base territorial para efeito do Art. 625-D, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958/00.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como a variação financeira anual suportada pelas empresas, nos termos da cláusula quarta, desta norma coletiva.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenentes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Em nome da valorização social do trabalho, prevista no inciso IV, do artigo 1º, da Constituição Federal c/c com o reconhecimento constitucional previsto no inciso XXVI, do artigo 7º, também da Constituição Federal, os

Sindicatos Convenientes acordam que as cláusulas econômicas e benefícios estabelecidos em acordos coletivos de trabalho não poderão ter condições inferiores ao da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todos os acordos coletivos de trabalho serão firmados pelas empresas junto ao Sindicato Laboral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.194,00 (um mil e cento e noventa e quatro reais), sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - VALIDADE

A presente Convenção terá vigência a partir de 01 de Março de 2018 à 28 de Fevereiro de 2019, revogando-se as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de asseio e conservação do ano de 2017.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o

emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar "Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho".

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os trâmites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das

parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

RICARDO COSTA GARCIA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

ANTONIO CARLOS DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO EMPREGS EMPS ASSEIO CONSERV MUNIC RIO JANEIRO

ANEXOS
ANEXO I - ATA



Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, ASSOCIADOS OU NÃO, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2018, NA RUA DOUTOR SATAMINI, Nº 189 – TIJUCA.

Ordem Do Dia: Avaliação e Aprovação da Contraproposta Patronal para Fechamento da Convenção Coletiva 2018/2019.

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dezoito, deu-se início às dezessete horas, a Assembleia geral extraordinária dos empregados de empresas de asseio e conservação do município do Rio de Janeiro na Rua Doutor Satamini, 189 – Tijuca – RJ. Ato contínuo, foi composta a mesa, pelo Diretor Segundo Tesoureiro do Sindicato, Sr. Luciano David de Araújo, presidente da assembleia, chamando para secretariar a Sra. Fátima Maria dos Santos Conceição e o Diretor Procurador, Sr. Manoel Martins Meireles. Dando início a assembleia às dezessete horas fez a primeira chamada, verificando não estarem presentes trabalhadores suficientes para início da assembleia em primeira convocação pelo qual, determinou o início da mesma em segunda convocação. Às dezessete horas e trinta minutos, deu-se então início, em segunda convocação, à Assembleia. Tomando a palavra o sr. Luciano David de Araújo, explicou aos presentes que esta assembleia tinha por objetivo discutir a contraproposta patronal, dando as explicações referentes às discussões que houveram até este momento. Falou da dificuldade que todas as categorias estão encontrando devido à nova legislação trabalhista aprovada pelo governo, que veio de forma a precarizar ainda mais as relações de trabalho. O diretor falou também sobre a divulgação da assembleia e locais onde foram efetuadas a panfletagem, lamentando a baixa frequência, mas entendendo que hoje a situação, de desemprego está muito alta e os trabalhadores receiam a perda de seus postos de trabalho. Após sua fala o diretor procurador, Sr. Manoel Martins Meireles, pediu a palavra e solicitou aos presentes, que houvesse uma união maior dos trabalhadores com sua Entidade Sindical, pois esta reforma veio para acabar com a representação dos empregados. Citou que praticamente acabou-se com a contribuição sindical laboral, mas não mexeram com a dos patrões, deixando os sindicatos patronais com força maior que os laborais. Foi pedido então à secretária geral Fátima Maria, que mostrasse para a categoria a contraproposta da empresa, para depois abrir a discussão para a plenária. A secretária então leu para os presentes a contraproposta enviada pelo patronal.

Sede Própria: Rua Dr. Satamini, 189 - Tijuca - CEP 20270-233 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 2566-4100 - Fax.: 2566-4102 site: www.asseiomrj.com.br - CNPJ: 34273029/0001-69

ANEXO II - ATA.1



SIEMACO-RIO

Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro - RJ

Reconhecido pelo Min.do Trabalho, Ind. e Com. em 10 de outubro de 1952



Foi então mostrada a proposta de aumento salarial, de 3,83%(três vírgula, oitenta e três centavos por cento), em toda a tabela salarial com retroatividade à primeiro de março. Os tickets alimentação, ficaram fixados em primeiro de março no valor de 18,00(dezoito reais) conforme previsto no acordo anterior. Citou também que nenhum acordo pode ser feito pelas empresas com os trabalhadores sem a participação do sindicato e que as homologações da rescisão de contrato de trabalho, continuam sendo feitas pelo sindicato. Isto permitirá que o Sindicato continue protegendo a categoria de acordos que visem precarizar salários e condições de trabalho da categoria. Após a explanação foi aberta a palavra para questões dos empregados presentes. Trabalhadores perguntaram quando viria o reajuste, foi-lhes explicado que as firmas teriam até dois meses após a assinatura para reajustar os salários, mas sempre com retroatividade a março. Ao final foi mostrado aos presentes que nosso salário está nesse momento superando os de outros estados como São Paulo, Paraná e Minas Gerais e que precisaremos de muita união para atravessar este tempo onde a nova CLT está vigorando. Após as discussões, o segundo Tesoureiro Luciano David de Araújo, solicitou que os trabalhadores presentes votassem a contraproposta das empresas. Sendo colocada em votação, foi a proposta aprovada por unanimidade dos presentes, autorizando assim a assembleia, que a diretoria do Sindicato Laboral assinasse a Convenção Coletiva de Trabalho/2018-2019, junto ao Sindicato das Empresas. Nada mais havendo a discutir deu-se por encerrada a assembleia às dezenove horas e vinte minutos. Eu, Fátima Maria dos Santos Conceição, Secretária Geral desta Entidade, Lavrei a presente ata que vai por mim assinada, e pelo presidente da Assembleia, Luciano David de Araújo. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA
CNPJ: 10.818.654/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:03:24 do dia 04/04/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/10/2018.

Código de controle da certidão: **5962.AD58.0272.55D1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0256167 - 2018

CPF/CNPJ Raiz: 10.818.654/

Contribuinte: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA- ME

Liberação: 23/05/2018

Validade: 19/11/2018

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 3.952.203-2- Início atv :16/04/2009 (AV Adolfo Pinheiro, 02054 - CEP: 04734-003)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 12:24:08 horas do dia 30/05/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 51566777

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 10.818.654/0001-80

Certidão nº: 154381652/2018

Expedição: 19/07/2018, às 17:05:03

Validade: 14/01/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.818.654/0001-80**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.818.654/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/04/2009
NOME EMPRESARIAL LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CAFE DA CHACARA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares 46.37-1-01 - Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ADOLFO PINHEIRO	NÚMERO 2054	COMPLEMENTO SALA 212	
CEP 04.734-003	BAIRRO/DISTRITO SANTO AMARO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO JTSILVA@TECLESERVICOS.COM.BR		TELEFONE (11) 2309-1595	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/04/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **18/06/2018** às **14:06:18** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – **Finep**
INSTRUMENTO CONTRATUAL CÓDIGO N.º.

2 0 16 0021 00

**CONTRATO ENTRE A Financiadora de Estudos e Projetos -
Finep E LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LTDA-ME**

Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede em Brasília, DF, e serviços nesta cidade, à Praia do Flamengo, n.º 200 - Parte, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 33.749.086/0001-09, doravante denominada **Finep** e **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LTDA-ME**, com sede em São Paulo-SP na Rua Américo Brasiliense, n.º 1765, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 10.818.654/0001-80, doravante denominada **CONTRATADA**, por seus representantes legais, ao final identificados, firmam o presente Contrato nos termos da legislação vigente – Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar 123, de 14 dezembro de 2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com base na homologação de fl. 260 do processo de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 08/2016** e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa para a prestação de serviços de recepcionista no Escritório de São Paulo.

CLÁUSULA SEGUNDA: ESPECIFICAÇÕES

2.1 – O objeto deste instrumento obedecerá rigorosamente às Especificações da **Finep** constantes Termo de Referência – **Anexo I** do Edital nº 08/2016 e à Proposta de Preços de 20 de Junho de 2016 da **CONTRATADA**, no que não colidir com o presente instrumento.

2.1.1 – Qualquer alteração que se demonstre necessária durante a execução deste Contrato deverá ser previamente aprovada pela **Finep**, por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Pelo objeto descrito nas cláusulas primeira e segunda deste instrumento a **Finep** realizará o pagamento à **CONTRATADA**, na forma e no prazo estipulados nos subitens 3.3 e 3.4 desta Cláusula, respeitado o limite global de até R\$ 49.827,72 (quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos), conforme disposto abaixo:

Cargo	Quantidade de postos	Meses	Valor Mensal	Valor Anual
Recepcionista	01	12	R\$ 4.152,31	R\$ 49.827,72

3.2 – Estão incluídos no preço acima, o lucro e todos os custos, inclusive despesas com pessoal, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, taxas, reserva técnica, materiais, insumos, transporte, provisões previstas e seguros incidentes ou que venham a incidir, bem como quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto ora contratado.

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031-170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543-000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712-903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

3.3 - Para efeito de cobrança de valores contratuais, a **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal em nome da **Finep, São Paulo, CNPJ 33.749.086/0006-13** encaminhando-a com a discriminação das importâncias devidas, anexando os documentos abaixo, observando-se ainda o cumprimento do disposto na cláusula 12.1.1 deste instrumento:

- a) Cópia da folha de pagamento discriminadas, referente à mão-de-obra disponibilizada na execução dos serviços, do mês a que se referem as Notas Fiscais;
- b) Cópia de Comproverantes dos pagamentos de salários, vale-transporte (se houver), auxílio-alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho, efetuados em nome dos funcionários vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências da **Finep**, inclusive em caráter temporário, do mês a que se refere à Nota Fiscal;
- c) Guia de recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social (GFIP), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, relativa ao mês de competência, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;
- d) Guia de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, relativa ao mês de competência, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;
- e) Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, relativa ao mês de competência, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do presente Contrato;
- f) Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE) relativa ao mês a que se referem as Notas Fiscais, contendo todos os funcionários vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências das unidades da CONTRATANTE, inclusive em caráter temporário, durante esse período;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- h) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme lei 12.440/2011.

3.3.1 - Nos estados onde já estejam implantadas a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, está será obrigatória para finalidade de que dispõem o subitem 3.3 acima.

3.4 – Uma vez recebida a nota fiscal discriminativa, acompanhada dos documentos mencionados no subitem 3.3, acima, a **Finep** providenciará sua aferição e, após aceitação dos serviços prestados, efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do aceite emitido pelo fiscal da **Finep**.

3.4.1 - A **Finep** fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP a que se refere o art. 34 da Lei nº 10.833/03, regulado pela Instrução Normativa nº 1234/12/SRF e do ISS, na forma da legislação pertinente e ainda as retenções previdenciárias obrigatórias na forma da Lei.

3.4.2 - Fica a **CONTRATADA** ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, quando assim couber, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa nº 1244/12/SRF. A

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031-170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543-000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712-903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

Declaração deverá ser apresentada no ato da entrega da Nota Fiscal.

3.4.3 – O pagamento estará vinculado ao aceite emitido pelo fiscal da **Finep**, onde será observado o cumprimento dos serviços ora contratados, constantes do Termo de Referência.

3.5 – O pagamento será efetuado através de ordem bancária com depósito na conta corrente n.º 71567-0, Banco do Brasil, agência 3065, cujo comprovante servirá como recibo de quitação.

3.6 - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

3.6.1 - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

3.7 - Na forma das disposições estabelecidas no artigo 31 e parágrafos da Lei n.º 8.212, de 24/07/91, com a redação dada pela Lei n.º 11.933/2009 e na IN RFB 971/2009, art. 112, a FINEP deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal da prestação dos serviços e recolher a importância retida até o dia 20 do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, em nome da CONTRATADA observado o disposto no § 5º do art. 33 da Lei n.º 8.212/91.

3.8 - Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou de manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

3.8.1 - Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria **Finep**, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

3.9 - Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- a) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

3.10 - A CONTRATADA deve efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da **Finep**. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

3.11 - A CONTRATADA deverá autorizar a **Finep**, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.11.1 - Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria **Finep** (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031 170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543 000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712 903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

3.12 – A CONTRATADA se sujeitará à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a **Finep** utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO

4.1 – O prazo deste Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis por iguais períodos, até o limite previsto no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 – São obrigações da **CONTRATADA**, além do cumprimento de todas as condições e exigências estipuladas no Termo de Referência, **Anexo I** do Edital do Pregão 08/2016, anexos a este instrumento:

- a) Obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos por lei, quando for o caso;
- b) Designar encarregado responsável para representá-la na execução do Contrato, que deverá ser o elemento de contato entre a **CONTRATADA** e a **Finep**;
- c) Utilizar pessoal selecionado e de comprovada competência técnica e bom comportamento, que deverá obedecer às normas internas da **Finep**, mormente ao que se refere às normas de ética, segurança e saúde;
- d) Afastar ou substituir, a seu critério ou por recomendação da **Finep**, qualquer empregado que causar embaraço à boa execução deste Contrato, por ineficiência, má conduta, em relação aos dirigentes, empregados da **Finep** ou terceiros;
- e) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;
- f) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;
- g) Arcar com as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- h) Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela **Finep**, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- i) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração do presente instrumento;
- j) Observar as normas condominiais e da **Finep**, na execução dos serviços e na circulação e permanência no prédio;
- k) Observar que os dados bancários, informados na Declaração de Endereço Eletrônico e Dados Bancários – **Anexo III** do Edital devem estar vinculados ao seu CNPJ, e na hipótese de alteração dos mesmos a **Finep** deverá ser oficialmente informada, respeitando-se, no entanto, que a conta corrente deve estar em nome da **CONTRATADA**;

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031 170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543 000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712 903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

- l) Responsabilizar-se pela divulgação de qualquer informação sobre a **Finep** e os projetos por esta financiados que seus empregados venham a ter acesso, direta, indireta ou mesmo acidentalmente, em virtude do serviço prestado;
- m) apresentar os documentos abaixo listados, pertinentes ao último mês que o(s) empregado(s) tenha(m) prestado serviço na **Finep**, imediatamente após o seu desligamento:
 - m.1) guias de recolhimento dos encargos sociais incidentes, discriminando o nome do empregado beneficiado;
 - m.2) comprovante de pagamento salarial;
 - m.3) comprovante de pagamento dos benefícios
- n) não subcontratar, total ou parcialmente outra empresa para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento;
- o) efetuar o pagamento dos salários de seu(s) empregado(s) via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da **Finep**;
- p) enviar seu representante legal para reuniões nas dependências da **Finep**, quando assim solicitado;
- q) Permitir a fiscalização da **Finep**, prevista na Cláusula Sétima deste Contrato.

5.2 – São obrigações da Finep:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dentro dos prazos previstos neste instrumento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste instrumento;
- b) Designar fiscal, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, sendo o elemento de ligação entre as partes;
- c) Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA: PENALIDADES

6.1 – Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, inclusive por falha ou fraude na execução do mesmo e ainda pelo descumprimento de qualquer prazo e/ou obrigações estipuladas neste Instrumento, poderá a **Finep**, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, além da responsabilidade civil e penal que couber:

6.1.1 – Advertência.

6.1.2 – Multa:

- a) contratual: de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
- b) moratória: de até 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, aplicável no atraso das providências requeridas pela **Finep**.
- b) moratória: de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), por atraso na prestação da garantia contratual;

6.1.2.1 – A **CONTRATADA** não incorrerá na sanção referida neste item, caso ocorram prorrogações compensatórias formalmente concedidas pela **Finep**, devido a comprovado impedimento na execução dos serviços.

6.1.2.2 – A cobrança da multa será realizada na forma da lei.

6.1.3 – Rescisão.

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031-170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543-000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712-903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

6.1.4 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Finep**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

6.1.5 – Será caracterizado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

6.2 – As sanções previstas nos subitens 6.1.1 e 6.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 6.1.2, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3 – Além da imediata rescisão, a sanção prevista no subitem 6.1.4 poderá também ser aplicada à **CONTRATADA** caso:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação que originou este Contrato;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **Finep** em virtude de atos ilícitos praticados.

6.4 - No caso de encerramento ou rescisão deste Contrato, a não devolução de documentação da **Finep** de posse da Contratada, acarretará a esta, a qualquer tempo, as penalidades previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA: FISCALIZAÇÃO

7.1 – O exercício de fiscalização pelo fiscal da **Finep** indicado na alínea "b" do subitem 5.2 não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da **CONTRATADA**.

7.2 – À **Finep** fica desde já assegurado o direito de:

- a) solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de seu empregado ou preposto, por ineficiência, incompetência, má conduta em relação aos dirigentes, empregados da **Finep** ou terceiros;
- b) determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- c) rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- d) impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- e) ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a **CONTRATADA** e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

7.3 – Quaisquer esclarecimentos solicitados pela **Finep** deverão ser prestados imediatamente, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

7.4 - O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031-170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543-000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712-903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

CLÁUSULA OITAVA: RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

8.1 – Fica estabelecido que a **CONTRATADA** é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva empregadora, afastando a **Finep** em qualquer hipótese, de qualquer responsabilidade direta e indireta trabalhista e previdenciária.

8.2 – A **CONTRATADA** obriga-se a reembolsar a **Finep** de todas as despesas que esta tiver, em caso de eventual reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade da **Finep**, no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias da **CONTRATADA**, na forma do Enunciado nº 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho.

8.3. Fica estabelecido que através do Termo de Autorização de Retenção de Pagamento – **Anexo V**, a **CONTRATADA** autoriza, no momento da assinatura deste contrato, a **Finep** a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas ao(s) trabalhador(es), quando houver falha no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA: RESCISÃO

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- a) por mútuo acordo entre as partes, mediante aviso prévio por escrito de 30 (trinta) dias;
- b) de acordo com o disposto nos artigos 77, 78 e 79, da Lei n.º 8.666/93, reconhecidos os direitos da **Finep**, em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO

10.1. A **Finep** poderá alterar unilateralmente este Contrato, respeitados os direitos da **CONTRATADA**, nos seguintes casos:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

11.1. O atraso ou a abstenção pela **Finep**, do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente Contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** não implicarão em novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da **Finep**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: GARANTIA DA EXECUÇÃO

12.1 – Será apresentada garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, equivalente ao montante de R\$ 2.491,39 (dois mil reais, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos), com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, na seguinte modalidade:

- a) Caução em dinheiro, que deverá ser depositada no Banco do Brasil-001, agência 2234-conta corrente nº 8681-9, CNPJ nº 33.749.086/0001-09;

12.1.1. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **Finep**, contados da data de assinatura deste Instrumento Contratual.

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031 170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543 000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712 903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br



12.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.1.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

12.1.3. Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE acumulado do período.

12.2 – O depósito de garantia da execução contratual deverá obedecer ao seguinte:

- a) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.1.2 deste Contrato;
- b) A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual e deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta-fiança;
- c) Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem e se obrigar em solidariedade, nos termos dos artigos 827 e 838 do Código Civil em vigor.

12.3 – Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **Finep**.

12.4 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no serviço contratado até o limite previsto em lei. Na ocorrência de tal acréscimo contratual poderá a **Finep** exigir complementação da garantia em valor proporcional ao acrescido.

12.5 – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

12.6 – A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

12.7 – O contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031-170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543-000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712-903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

apresentação da lei estadual ou convenção coletiva da categoria profissional que define os salários da categoria profissional abrangida neste contrato.

13.10. Quanto aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

13.10.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

13.10.2. as particularidades do contrato em vigência;

13.10.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

13.10.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

13.10.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

13.11. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes/repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

13.11.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste/repactuação;

13.11.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes/repactuações futuras; ou

13.11.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de lei estadual ou convenção coletiva, que define os novos pisos salariais das categorias, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

13.12. Os efeitos financeiros do reajuste/repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.13. Os reajustes/repactuações serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se, ao presente Contrato a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis ao serviço ora contratado e quanto aos casos omissos, as disposições do Código Civil Brasileiro e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTINEPOTISMO

15.1. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a **Finep** optar pelo foro de sua sede.

www.finep.gov.br

Rio de Janeiro
Ventura Corporate Towers
Av. República do Chile, 330
Torre Oeste – Centro
10º - 12º e 15º - 17º andares
20031-170 Rio de Janeiro RJ
t. (21) 2555 0330

São Paulo
JK Financial Center
Av. Presidente Juscelino
Kubitschek, 510
9º andar Itaim Bibi
04543-000 São Paulo SP
t. (11) 3847 0300

Brasília
SCN QD. 02 Bloco "D" Torre A,
Sala 1102
Centro Empresarial Liberty Mall
70712-903 Brasília DF
t. (61) 3035 7150

SAC
t. (21) 2555 0555
sac@finep.gov.br
Ouvidoria
t. (21) 2557 2414
ouvidoria@finep.gov.br

Este contrato foi elaborado com base na minuta aprovada por Viviane Toledo M. Couto, advogado da Finep, quando da elaboração do Edital.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2016


Pela **Financiadora de Estudos e Projetos – Finep**

 **Emerson J. S. Prates - 2138**

Gerente Substituto

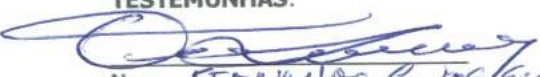
DASP - Finep

Pela **CONTRATADA:**


Nome: José Teotônio da Silva
Cargo: Sócio Presidente
End.: Rua Américo Brasiliense, 1765 Gr. 43
CI: 93.101 OAB/RJ
CPF: 908.966.297-91


Nome: Adília Maria Teixeira da Silva
Cargo: Sócia
End.: Rua Américo Brasiliense, 1765 - Grupo 43
CI: 37.313.728-X SSP/SP
CPF: 606.064.287-04

TESTEMUNHAS:


Nome: FERNANDO B. DOS SANTOS
CPF: 381-588.937-91


Nome: DIOGO PONTES DE JESUS
CPF: 913.288.467-50

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, as partes adiante enunciadas e qualificadas, de um lado,

ORIONPLEX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO & CIA LTDA. - ME, sediada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Ceará nº 929 - CEP 13082-030 – Campos dos Amarais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.653.790/0001-89, representada na forma de seu contrato social, doravante denominada (“**CONTRATANTE**”)

e, do outro lado,

CAFÉ DA CHÁCARA LTDA. - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.818.654/0001-80, com sede social na cidade de São Paulo – SP, na Rua Américo Brasiliense nº 1.595, CEP 04715-005, Chácara Santo Antônio, neste ato representada por seus Diretores conforme estabelece o seu contrato social, doravante denominada (“**CONTRATADA**”),

Resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços (“Contrato”), em cumprimento ao compromisso firmado através do Contrato de Dação em Pagamento, firmado entre as Partes em 30 de maio de 2012, observadas as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio administrativo à **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**, conforme abaixo discriminados, os quais não necessariamente deverão ser executados simultaneamente, mediante a disponibilização de 12 (doze) recepcionistas, sendo pelo menos 04 (quatro) bilíngues, bem como 03 (três) encarregados, durante a vigência do presente Contrato:

1.2. SERVIÇOS APOIO ADMINISTRATIVO

- 1.2.1 Apoio administrativo relacionado a recepção de pessoas e documentos.
- 1.2.2 Apoio administrativo relacionado a orientação de visitantes e acomodação nas respectivas salas de reuniões.
- 1.2.3 Apoio administrativo relacionado a organização e distribuição das correspondências recebidas e a serem expedidas.
- 1.2.4 Apoio administrativo na área de cadastro de itens, fornecedores e clientes.

1.3. OUTROS SERVIÇOS

1.3.1. Em adição aos Serviços, a **CONTRATADA** poderá fornecer à **CONTRATANTE** outros serviços que a **CONTRATANTE** eventualmente venha necessitar,



Página 1 de 8



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

durante o prazo deste Contrato, mediante acordo escrito entre as Partes quanto a natureza, escopo, prazo, preços e forma de remuneração ("serviços Adicionais"). Os acordos escritos com relação a quaisquer Serviços Adicionais deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) referência a este Contrato de forma que, tal acordo a ele se incorpore e se submeta; (ii) a data a partir da qual os termos do acordo entrarão em vigor e, se aplicável, o prazo durante o qual os serviços e/ou recursos referidos no acordo serão fornecidos; (iii) a descrição dos serviços e/ou recursos a serem providos pela **CONTRATADA**, nos termos do respectivo acordo, e qualquer padrão de performance aplicável a tais serviços e recursos; (iv) a descrição das responsabilidades das partes; (v) os montantes a serem pagos pelos serviços e/ou recursos providos nos termos do acordo e as datas nas quais tais quantias serão faturadas; e (vi) qualquer disposição adicional aplicável aos serviços e/ou recursos a serem prestados nos termos do acordo que não estejam previstos neste Contrato ou que constituam exceções às disposições deste Contrato.

- 1.3.2. A **CONTRATADA** não poderá assumir quaisquer obrigações em nome da **CONTRATANTE** sem a prévia anuência desta, obedecido fielmente o contrato social da **CONTRATANTE**, sob pena de arcar com os ônus e encargos daí decorrentes.

2. DO PRAZO

- 2.1. O prazo deste Contrato inicia-se em 25 de janeiro de 2011 ("**Data de Início**") e expirar-se 48 (quarenta e oito) meses após a Data de Início, ou seja, em 25 de janeiro de 2015 ("**Data do Término**").
- 2.2. Caso uma das partes venha a rescindir este contrato antecipadamente, sem justo motivo, a parte que requerer a rescisão pagará a outra parte uma indenização equivalente a 3 (três) meses de remuneração fixada neste Contrato.

3. DA ADMINISTRAÇÃO DO RELACIONAMENTO

- 3.1. Durante o prazo deste Contrato, cada uma das partes irá designar um representante, funcionário ou preposto que se dedicará à administração do relacionamento oriundo deste Contrato ("**Executivos**") que será o principal contato, bem como terá a responsabilidade integral por administrar e coordenar as atividades de maneira que este instrumento alcance os resultados esperados pelas partes. Estes Executivos irão reunir-se regularmente, e terão poder e autoridade para decidir sobre as ações a serem tomadas no curso ordinário da administração da rotina do relacionamento das partes, de acordo com este Contrato.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 3.2. Na execução das suas obrigações contratuais, a **CONTRATADA** irá considerar como verdadeiras e válidas e seguirá quaisquer instruções de rotina, autorizações, aprovações ou outras informações fornecidas à **CONTRATADA** pelo Executivo da **CONTRATANTE** ou por outros funcionários desta que eventualmente sejam designados por esta para figurarem, de tempos em tempos, como responsáveis, interlocutores ou representantes para determinadas áreas e assuntos operacionais de competência específica. A **CONTRATADA** não será de qualquer forma responsabilizada ou incorrerá em qualquer espécie de ônus por confiar e cumprir adequadamente qualquer instrução ou informação fornecida pelo Executivo da **CONTRATANTE** ou outros funcionários por ela designados para outras áreas específicas.

4. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- 4.1. Cada uma das partes será responsável por todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou securitária com relação aos respectivos empregados.
- 4.2. Nada no presente Contrato poderá ser interpretado de modo a criar qualquer vínculo empregatício dos empregados e prepostos de uma das partes à outra. Cabe a cada uma das partes, de acordo com sua política administrativa de pessoal e observadas as disposições legais vigentes, admitir, demitir, classificar, reclassificar, promover, transferir, reajustar e, enfim, modificar condições dos contratos por essas assumidos.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços serão executados pela **CONTRATADA** na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Ceará Barbosa nº 929 – CEP 13082-030, Campos dos Amarais, diretamente ou através de empresas pertencentes direta ou indiretamente ao grupo controlador, controlada ou sob controle comum da **CONTRATADA**, quaisquer dessas empresas, uma "Afiliada".
- 5.2. A **CONTRATADA** poderá subcontratar qualquer parte dos Serviços, devendo, nesta hipótese, a **CONTRATANTE** pagar as respectivas faturas/notas fiscais diretamente para a(s) respectiva(s) empresa(s) indicada(s) pela **CONTRATADA**, descontando este(s) valor(es) do montante efetivamente devido à **CONTRATADA**.
- 5.3. A **CONTRATADA** não revelará qualquer informação confidencial da **CONTRATANTE** para quaisquer subcontratadas até que tais subcontratadas acordem por escrito proteger tais informações confidenciais de modo no mínimo equivalente ao acordado pela **CONTRATADA**. Após referidos acordos com as subcontratadas, a **CONTRATADA** apenas divulgará informações confidenciais da **CONTRATANTE** na medida do necessário para que tais

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

subcontratadas executem os serviços que estiverem a seu cargo. A **CONTRATADA** permanecerá como única responsável perante a **CONTRATANTE** pela confidencialidade das informações e pelos Serviços executados por qualquer Afiliada ou sua subcontratada tal como se tais Serviços estivessem sendo executados por empregados da própria **CONTRATADA**.

6. DAS GARANTIAS E ACORDOS ADICIONAIS

- 6.1. A **CONTRATADA** declara e garante que os Serviços serão executados de forma competente e profissional, de acordo com os níveis de serviços, prazos, qualidade e desempenho previstos neste instrumento e/ou seus Anexos e Aditivos, quando existirem.
- 6.2. A **CONTRATANTE** declara e garante que as informações por ela fornecidas para a **CONTRATADA**, com base nas quais a **CONTRATADA** estabeleceu as características dos Serviços e os Preços a serem pagos nos termos deste Contrato, são acuradas e completas em todos os seus aspectos substanciais.

7. DAS PATENTES E PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 7.1. Nada neste Contrato será interpretado como vontade das partes de impor ou requerer que a outra registre, archive ou suporte o registro ou arquivamento, ceda ou transfira qualquer padrão ou modelo ou patente ou pedido/aplicação de patente, ficando resguardada que qualquer *know-how* desenvolvido por uma das partes, no curso deste Contrato, será e permanecerá de propriedade exclusiva da parte que o desenvolveu.

8. DOS PREÇOS E DEMAIS CONDIÇÕES FINANCEIRAS

- 8.1. Em contrapartida à prestação dos Serviços, a **CONTRATANTE** amortizará da dívida da **CONTRATADA**, objetivo do Contrato de Dação em Pagamento, mensalmente, o valor de R\$ 35.657,56 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).
- 8.2. A **CONTRATADA**, e/ou Afiliadas indicadas, faturará mensalmente para a **CONTRATANTE** o valor elencado acima. A **CONTRATADA** e/ou Afiliadas indicadas, apresentará à **CONTRATANTE** junto com a fatura, documentação demonstrando (i) os recursos consumidos na prestação de Serviços Adicionais que eventualmente forem solicitados e que não estejam descritos na Cláusula primeira e em seus subitens e (ii) as despesas que sejam reembolsáveis pela **CONTRATANTE**, conforme descrito na Cláusula 8.3.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 8.3. A **CONTRATANTE** se compromete a pagar ou reembolsar a **CONTRATADA** e/ou Afiliadas Indicadas, todas as demais despesas razoáveis que não estejam previstas nos preços dos Serviços e sejam realizadas pela **CONTRATADA**, e/ou Afiliadas indicadas.
- 8.4. Em contrapartida à prestação de Serviços Adicionais, a **CONTRATANTE** pagará para a **CONTRATADA**, e/ou Afiliadas indicadas, (a) os preços acordados; (b) os tributos incidentes sobre tais preços, referentes aos quais a **CONTRATANTE** seja considerada contribuinte, conforme os termos da legislação tributária vigente; e (c) as despesas realizadas pela **CONTRATADA**, e/ou Afiliadas indicadas, relacionadas à execução dos Serviços Adicionais.
- 8.5. O Preço estabelecido na Cláusula 8.1 será reajustado anualmente ou na menor periodicidade permitida na legislação, pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas no período.
- 8.6. Exceto se de outra forma expressamente previsto neste Contrato, nos preços e valores devidos pela **CONTRATANTE** já estão incluídos os tributos incidentes, de acordo com a legislação vigente. Para os propósitos deste Contrato, "tributos incidentes" significam quaisquer impostos, taxas, contribuições, tarifas ou obrigações pecuniárias similares, atuais e/ou futuras, que sejam impostas em conexão com os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

9. DO PROCEDIMENTO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 9.1. No caso de qualquer conflito, controvérsia ou reclamação de qualquer tipo ou natureza, decorrente ou relacionada a este Contrato, incluindo controvérsias com relação a formalização, validade, interpretação, descumprimento ou término deste Contrato ("**Conflito**"), as partes, mediante notificação por escrito de qualquer uma delas, reunir-se-ão para o propósito de encontrarem uma solução para o conflito.
- 9.2. Os Executivos reunir-se-ão com a frequência que as partes razoavelmente considerarem necessária para obter e fornecer um ao outro todas as informações com referência ao problema em questão, que as partes acreditem ser apropriadas e relevantes para a sua solução. Tais Executivos discutirão e negociarão de boa fé, no esforço de resolver o Conflito sem a necessidade de qualquer outro procedimento formal para isso.
- 9.3. A forma e procedimentos específicos de tais discussões ficarão a critério de tais Executivos e poderão incluir a preparação de declarações de fatos acordados ou declarações escritas das posições fornecidas pelas partes.
- 9.4. Nenhum outro procedimento formal de solução de Conflitos pode ser iniciado até que um dos seguintes fatos ocorra (a) as partes concluam de boa fé e por consenso mútuo que uma solução amigável do Conflito através da negociação

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

continua do problema em questão não seja provável; (b) 30 (trinta) dias após a solicitação inicial para a solução do Conflito, sem êxito; ou (c) falem 10 (dez) dias ou menos para o vencimento do prazo prescricional para a adoção do procedimento formal para a solução do conflito em questão.

10. DAS MULTAS

- 10.1. Fica estipulada multa cumulativa, equivalente a 10% (dez por cento) do valor do último pagamento, acumulado no mês corrente, efetuado pela **CONTRATANTE**, em caso de descumprimento, por quaisquer das partes, de qualquer condição ou cláusula estabelecida neste instrumento, salvo no que se refere ao atraso no pagamento.

11. DA RESOLUÇÃO

- 11.1. O presente Contrato resolver-se-á de pleno direito a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
- (a) Inobservância ou inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições deste Contrato ou de qualquer disposição legal a que estiver sujeita quaisquer das partes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior;
 - (b) Nas demais hipóteses previstas neste instrumento.
- 11.2. Na hipótese de rescisão ou de rescisão deste Contrato, os preços e demais condições financeiras devidas em virtude dos Serviços realizados e ainda não faturados deverão ser pagos no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

12. DA CONFIDENCIALIDADE

- 12.1. Todas as informações, dados e documentos pertencentes a uma das partes, inclusive com relação às Tecnologias, aos quais a outra parte venha a ter acesso em decorrência deste Contrato deverão ser tratados como confidenciais pela parte que os receber ("**Informações Confidenciais**").
- 12.2. As partes ficam obrigadas a não utilizar e/ou revelar, e a não permitir que suas Afiliadas utilizem e/ou revelem quaisquer Informações Confidenciais pertencentes à outra parte sem o seu prévio consentimento por escrito.
- 12.3. Não serão consideradas Informações Confidenciais aquelas que: (i) estiverem ou tornarem-se publicamente disponíveis por meio outro que não a revelação não autorizada pela parte que receber a informação; ou (ii) cuja revelação seja exigida por autoridade governamental ou ordem de tribunal competente, desde



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

que não caiba qualquer recurso com efeito suspensivo e que tais informações reveladas sejam objeto de toda a proteção governamental ou judicial aplicável. No caso do item (ii), a parte em questão deverá notificar a outra parte imediatamente após o recebimento de qualquer requisição ou exigência por qualquer autoridade governamental ou ordem de tribunal.

- 12.4. A obrigação de confidencialidade ora prevista vigorará pelo período de vigência deste Contrato, estendendo-se por mais 2 (dois) anos com relação a qualquer parte.

13. DA NOVAÇÃO

- 13.1. Qualquer omissão ou tolerância de quaisquer das partes em exigir o estrito cumprimento das obrigações ou em exercer qualquer direito decorrente deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará seu direito de exercê-lo a qualquer tempo.

14. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1. O disposto neste Contrato não poderá ser alterado ou emendado pelas partes, a não ser por meio de aditivos dos quais conste a concordância expressa da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, que passarão a integrar o presente Contrato.

15. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 15.1. As partes acordam em se reunir, na periodicidade acordada entre as partes, nas dependências da **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE** alternadamente, ou em outro local indicado de comum acordo, onde todas as atividades e ações previstas neste Contrato serão informadas à **CONTRATANTE**.

16. DO FORO

- 16.1. As partes elegem o foro da Cidade de Campinas, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente contrato.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

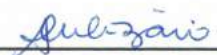
E por estarem assim justas e contratadas, a partes assinam o presente Contrato de Prestação de Serviços em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas assinaladas, para que produzam seus efeitos legais.

Campinas – SP, 25 de janeiro de 2011.



ORIONPLEX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO & CIA LTDA. - ME
Fátima Fontanesi

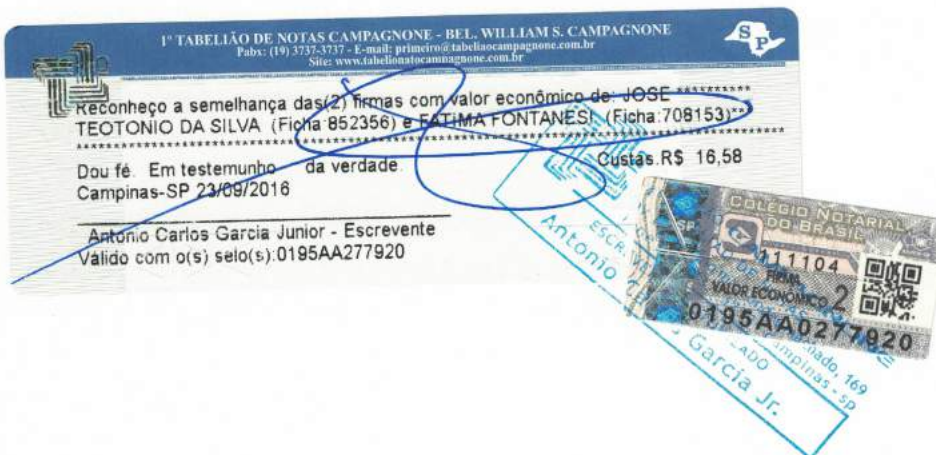

CAFÉ DA CHÁCARA LTDA. - ME
José Teotônio da Silva

Testemunhas:

1. 
Nome: LUCIMARA F.O. BELIZARIO
RG: 23.271.595-6

e

2. 
Nome: Eliana Fernandes da Silva
RG: 56.663.974-9





Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Contrato para prestação de serviços contínuos de recepcionista que fazem entre si a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA-ME.

A **Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, Autarquia Federal, ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo Coordenador- Geral de Administração e Finanças, Sr. **Ítalo Teixeira Viana**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 96004000336, expedido pela SSP/CE e inscrito no CPF – MF sob o nº 839.974.403-44, consoante delegação de competência conferida pela **Portaria SUSEP nº 7, de 19 de maio de 2016**, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 10.818.654/0001-80, situada na Rua Américo Brasiliense, 1765 – Grupo 43 – Chácara Santo Antônio - São Paulo – SP, neste ato representada pela Sra. **Adília Maria Teixeira da Silva**, brasileira, casada, portadora do documento de identidade nº 37.313.728-X, expedido pela SSP/SP e inscrita no CPF – MF sob o nº 606.064.287-04, e pelo Sr. **José Teotônio da Silva**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 93.101, expedido pela OAB/RJ e inscrito no CPF – MF sob o nº 908.966.297-91, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº 7/2016, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.100011/2016-70, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de recepção, com dedicação exclusiva de mão de obra em regime de 40 (quarenta) horas semanais, nas dependências da Superintendência de Seguros Privados em São Paulo situada à Rua Formosa, 367, 26º andar do Edifício CBI/Esplanada, Centro, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência COASP 03/2016.



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato terá duração de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** deverá realizar negociação contratual para a redução dos custos do Contrato.

Parágrafo segundo. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis (equipamentos e infraestrutura necessários à execução dos serviços) já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Parágrafo terceiro. A prorrogação do prazo de vigência do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. Caso seja dispensada a pesquisa de que trata o parágrafo anterior, os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período, divulgado pelo IBGE.

Parágrafo quinto. Os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP.

- a) Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** executará os serviços na forma e período estipulados no item 4 – Forma de Prestação dos Serviços, constante do Termo de Referência COASP 03/2016.

Parágrafo primeiro. Os serviços, objeto do Termo de Referência COASP 03/2016, serão executados pela **CONTRATADA**, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, nos Decretos nº 5.450/05 e nº 2.271/97, na IN SLTI/MPOG nº 02/08 e suas alterações posteriores, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo segundo. O serviço será prestado com o fornecimento de um posto de trabalho, com escolaridade mínima, bem como os uniformes, definidos no item 5 do Termo de Referência COASP 03/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à **CONTRATADA**, sem prejuízo da observância ao disposto no item 7 do Termo de Referência COASP 03/2016:



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- a) Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de quaisquer naturezas de que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;
- b) O empregado designado pela **CONTRATADA** obrigar-se-á, mediante assinatura de Termo específico de compromisso, a cumprir as condições estabelecidas, bem como as normas de trabalho pertinentes aos servidores públicos da **CONTRATANTE**, especialmente as que resguardam a manutenção do sigilo e a veiculação de informações a que tiver acesso em decorrência do exercício da função, respondendo criminalmente, no caso de violação;
- c) Comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;
- d) Não transferir, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- e) Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à **CONTRATANTE** e/ou terceiros por seus empregados, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;
- f) Ressarcir todo e qualquer dano a **CONTRATANTE** ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus empregados;
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus funcionários;
- h) Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da **CONTRATANTE**, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da **CONTRATANTE** através de GRU – Guia de Recolhimento da União – no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação, garantida ampla defesa e o contraditório. Se o valor dos danos não for pago ou depositado, será automaticamente descontado da garantia. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa/judicialmente;
- i) Informar a seus empregados sobre a proibição de retirarem-se do prédio ou instalações da **CONTRATANTE** portando volumes ou objetos dessa, sem a devida autorização da fiscalização do Contrato;
- j) Não proceder à veiculação de publicidade deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado; e
- l) Informar, quando da apresentação da proposta ou ao longo da execução do Contrato, se é ou não optante pela desoneração da folha de pagamento, conforme estabelecido nas Leis 12.546/2011 e 12.844/2013, conforme declaração constante do Anexo III ou IV.

Das Obrigações Trabalhistas, Sociais e Tributárias:

- m) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes, direta ou indiretamente, da execução dos serviços, tais como remunerações, encargos sociais, insumos, tributos e demais gastos, sendo neles incluídos contratação e demissão de funcionários, transportes, alimentação, uniformes e seus complementos, além de treinamento e/ou reciclagem, entre



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

outras, sendo que a inadimplência do Contrato com referência a estes encargos não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação;

- n) Pagar sem atraso os salários e fornecer aos seus empregados vale transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e em acordo/convenção/dissídio coletivo de trabalho;
- o) Antecipar aos funcionários os vales transporte e alimentação;
- p) Fornecer, sempre que solicitada, comprovantes do cumprimento de suas obrigações com a legislação em vigor, cópias de exames médicos admissionais, valor de vales relativos aos empregados colocados à disposição da **CONTRATANTE**, sem que este ou outro caracterize vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;
- q) Cumprir pontualmente as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais, parafiscais, previdenciárias e para com o FGTS, em cumprimento às obrigações da IN MPOG/SLTI nº 02/2008 e suas alterações posteriores;
- r) Fornecer, sempre que solicitada, o comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, caso provisione seus custos utilizando-se dos benefícios desse Programa;
- s) Apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, depois de efetuado o pagamento ao funcionário, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas ou o contracheque assinado;
- t) Fornecer, mensalmente, obrigatoriamente, junto à apresentação da nota fiscal, os documentos relacionados no art. 34 e no Anexo IV da IN MPOG/SLTI nº 02/2008 ou outra que vier a substituí-la;
- u) Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados serão realocados em outras atividades de prestação de serviço, sem que ocorra a interrupção do Contrato;
- v) Até que a **CONTRATADA** faça tal comprovação, a **CONTRATANTE** reterá a garantia prestada, podendo, ainda, utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no parágrafo único do artigo 35 da IN SLTI/MPOG 02/08 e suas alterações;
- w) Assumir toda a responsabilidade e tomar todas as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus representantes, assumindo, ainda, as responsabilidades civil e penal e demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades; e
- x) Regularizar suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação, sob pena de rescisão contratual.

Das Condições de Habilitação:

- y) Manter, durante toda execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- z) Caso a **CONTRATADA** não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á falta contratual que enseja a aplicação das sanções cabíveis.



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- aa) Fornecer, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, listagem contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados envolvidos na execução contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à **CONTRATANTE**, sem prejuízo da observância ao disposto no item 6 do Termo de Referência COASP 03/2016:

- a) Proporcionar as facilidades necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, permitindo livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais dos mesmos dentro dos horários estipulados, observando as normas internas;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, se assim julgar conveniente, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações contratuais;
- c) Fornecer, no que couber, local, materiais, equipamentos e utensílios em quantidade e qualidade suficientes para o perfeito desenvolvimento dos serviços da **CONTRATADA**;
- d) Não utilizar os empregados da **CONTRATADA** em outros serviços não abrangidos neste Contrato;
- e) Efetuar o pagamento dos serviços executados pela **CONTRATADA** no prazo estabelecido;
- f) Fornecer local adequado para troca de roupa dos empregados da **CONTRATADA**;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A SUSEP exercerá através de um servidor designado pela Coordenação de Administração de São Paulo – COASP, a fiscalização dos serviços executados, observando o fiel cumprimento das exigências constantes no Termo de Referência COASP 03/2016, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2008, e de suas alterações posteriores, das Normas Internas e do disposto neste Contrato, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, o que não exclui a fiscalização e supervisão dos serviços por parte da **CONTRATADA** e não exime esta última da responsabilidade pela execução.

Parágrafo primeiro. A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada por representantes da **CONTRATANTE**, que verificará os seguintes aspectos:

- Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados, quando cabíveis;
- A adequação dos serviços prestados às rotinas de execução estabelecida;
- O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- A satisfação do público usuário atendido.

Parágrafo segundo. No caso de empresas regidas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a **CONTRATADA** deverá apresentar ao fiscal do contrato a seguinte documentação:



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

1. Somente do primeiro mês da prestação dos serviços:
 - a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos (vide item 15 – Do Preposto, do Termo de Referência COASP 03/2016) pela execução dos serviços;
 - b) carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, devidamente assinada pela **CONTRATADA**; e
 - c) exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA** que prestarão os serviços.
2. Sempre que não for possível a verificação fiscal, trabalhista e a relativa à Seguridade Social através do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá apresentar à fiscalização do contrato até o dia 30 do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ou até o dia 28 de fevereiro para serviços prestados no mês de janeiro, os seguintes documentos:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio sede da **CONTRATADA**;
 - d) certidão de regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
3. Sempre que solicitado pela Administração ou pelo fiscal do contrato:
 - a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da **CONTRATANTE**;
 - b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade **CONTRATANTE**;
 - c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia dos recibos de depósitos bancários;
 - d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
4. Quando da extinção ou rescisão do contrato, em no máximo 30 dias corridos após o último mês de prestação dos serviços:
 - a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extrato dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

Parágrafo terceiro. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos do item 1, do parágrafo anterior, deverão ser apresentados.

Parágrafo quarto. Todos os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencados no item 3, do parágrafo segundo, poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

Parágrafo quinto. Após o recebimento da documentação exigível conforme item 4, do parágrafo segundo, os fiscais do contrato terão 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta), justificadamente, para análise e liberação da garantia contratual prevista em contrato.

Parágrafo sexto. Consoante instruções dispostas no art. 19-A e Anexo VII da IN-SLTI do MPOG nº 02/2008, a **CONTRATADA** se obriga a cumprir todos os requisitos referentes à Conta Vinculada a partir do momento em que a **CONTRATANTE** dispuser dos meios para implementar e gerir a referida conta, após firmar convênio na forma de acordo de cooperação com instituição bancária.

Parágrafo sétimo. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas às autoridades superiores da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida a prestação de garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **CONTRATANTE**, contados da data da notificação da **CONTRATADA**, na forma do disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 56, da Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo primeiro. Nas contratações de serviços continuados com uso intensivo de mão de obra com dedicação exclusiva, a validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Parágrafo segundo. A garantia prestada poderá responder por multas eventualmente aplicadas à **CONTRATADA** ou reverter-se em favor da **CONTRATANTE**, nos casos de prejuízos causados por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, mediante ofício entregue contra recibo.

Parágrafo quarto. A importância referente à garantia deverá ser complementada pela **CONTRATADA**, caso venha a ocorrer algum acréscimo do valor do Contrato ou



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

renovada no caso de vencimento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que foi notificada pela **CONTRATANTE**, prevalecendo o mesmo percentual.

Parágrafo quinto. Após a execução deste contrato, a **CONTRATANTE** verificará o pagamento das verbas rescisórias decorrentes desta contratação, ou a realocação dos empregados da **CONTRATADA** em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

Parágrafo sexto. Caso a **CONTRATADA** não logre efetuar uma das comprovações indicadas no **parágrafo quinto** desta Cláusula até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a **CONTRATANTE** poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

O preço dos serviços contratados corresponde à importância mensal de **R\$ 2.613,87 (dois mil, seiscentos e treze reais e oitenta e sete centavos)**.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O recurso orçamentário destinado a atender as despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao valor total de **R\$ 31.366,44 (trinta e um mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)** para o período de 12 (doze) meses, correndo **R\$ 15.421,83 (quinze mil, quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos)** por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 2016, pelo programa de trabalho **04122211020000001**, na categoria econômica **339037**, conforme Nota de Empenho **2016NE800384** e **R\$ 15.944,61 (quinze mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos)** a ser empenhado no exercício seguinte.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação deste Contrato, as despesas para os exercícios subsequentes estarão submetidas à previsão orçamentária própria a ser consignada à **CONTRATANTE** na Lei Orçamentária da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em parcelas mensais e em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente, em até **10 (dez)** dias, se a fatura, devidamente discriminada e acompanhada de todos os documentos necessários ao pagamento, for entregue no Protocolo da **CONTRATANTE** até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao vencido e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções atribuídas à **CONTRATADA**, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da data do atesto do fiscal do Contrato na nova nota fiscal/fatura, corrigida e sem rasuras.

Parágrafo segundo. O pagamento está condicionado à apresentação dos documentos ou relatórios constantes no item 14 do Termo de Referência COASP 03/2016 e da nota fiscal/fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados,



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

correspondente aos serviços prestados devidamente atestada por servidor da área fiscalizadora.

Parágrafo terceiro. Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados no item 14 do Termo de Referência COASP nº 03/2016, vez que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos, para cumprimento do disposto no § 1º do art. 36 da IN SLTI nº 02/2008 e § 3º do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo quarto. Não será pago o valor relativo aos dias não trabalhados pelo empregado, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor no caso de não cobertura.

Parágrafo quinto. Previamente à contratação e antes de cada pagamento, será emitida, através de consulta "on line", certidão que comprove a regularidade da situação da empresa junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

Parágrafo sexto. Conforme decidido no âmbito do Acórdão nº 1.054/2012 – Plenário do Tribunal de Contas da União a **CONTRATANTE** exigirá, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440/2011.

Parágrafo sétimo. O pagamento poderá ser realizado ainda que constatada irregularidade fiscal (SICAF) ou trabalhista (CNDT). Neste caso, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da **CONTRATADA** de corrigir a situação, a **CONTRATANTE** concederá um prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por solicitação da **CONTRATADA**, para regularização, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

Parágrafo oitavo. Caso a **CONTRATADA** não comprove o recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, relativas aos empregados envolvidos na prestação de serviços no âmbito deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá reter os valores relativos a essas contribuições.

Parágrafo nono. Será feita retenção dos tributos exigíveis pela legislação vigente, exceto se a **CONTRATADA** tiver optado pelo SIMPLES, hipótese em que deverá comprovar tal condição mediante fornecimento de cópia do respectivo termo de opção, desde que esta opção não seja vedada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Será aplicado o percentual constante da tabela de retenção da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal ou a que vier a substituí-la.

Parágrafo décimo. O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado na nota fiscal/fatura, deverá coincidir com o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, o qual será utilizado para consulta ao SICAF, bem como para emissão de notas de empenho.

Parágrafo décimo primeiro. A **CONTRATADA** não poderá interromper a execução dos serviços em função de pendências referentes às suas responsabilidades contidas nesta Cláusula.

Parágrafo décimo segundo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento prevista no *caput* desta Cláusula e a correspondente ao efetivo pagamento da fatura, serão



Ministério da Fazenda
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

estipulados mediante acordo entre as partes ou na forma do disposto no § 4º, art. 36 da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/200.

Parágrafo décimo terceiro. As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da **CONTRATANTE**, deduzidas no próprio valor a ser pago ou da garantia do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO

O valor contratual acima poderá ser repactuado, desde que sejam observados os prazos e condições estipulados no Decreto nº 2.271/1997 e na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores.

Parágrafo primeiro. Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei.

Parágrafo segundo. Advindo prazo legal para repactuação do Contrato, caberá à **CONTRATADA** apresentar a formalização do pedido de repactuação, acompanhado da demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, bem como do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, contendo o nº de registro no MTE, de acordo com a planilha inicialmente apresentada, devidamente justificada, efetuando os cálculos e submetendo-os à aprovação da **CONTRATANTE**.

a) A documentação integrante do pedido de repactuação deverá ser protocolizada pela **CONTRATADA** no endereço da **CONTRATANTE**, aos cuidados do Fiscal do Contrato.

b) O documento principal do pedido deverá apresentar justificativa para cada item da planilha de custos e formação de preços que tiver sofrido variação, apontando em cada caso o respaldo em dispositivo legal ou em cláusula do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

c) Além da via impressa protocolizada, a planilha de custos e formação de preços deverá ser enviada, em formato "XLS", contendo as fórmulas de cálculo, por correio eletrônico para o endereço do Fiscal do Contrato.

d) No caso de mudança de enquadramento tributário, a documentação deve conter comprovação de que a **CONTRATADA** sofreu reenquadramento, observando o período abrangido pelo pedido de repactuação, e os dispositivos legais demonstrando as novas alíquotas.

Parágrafo terceiro. Fica vedada a indexação por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos.

Parágrafo quarto. Autorizada a repactuação pela **CONTRATANTE**, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será efetuado mediante a apresentação de fatura distinta da apresentada mensalmente.

Parágrafo quinto. A alteração dos insumos da planilha de custos e formação de preços decorrente de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho somente poderá ser objeto de pedido de repactuação contratual, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, como capaz de ensejar a revisão contratual, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, antes do vencimento do prazo constante no *caput* desta Cláusula.



Parágrafo sexto. O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Parágrafo sétimo. Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

Parágrafo oitavo. Na hipótese em que as negociações para a celebração do acordo ou convenção de trabalho, ou solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem por algum tempo após a data-base da categoria profissional abrangida por este Contrato e, nesse intervalo, a **CONTRATANTE** convoque a **CONTRATADA** para uma prorrogação contratual, será obrigação da **CONTRATADA** informar quanto à situação e solicitar formalmente que o seu direito à repactuação seja resguardado, sob pena de, perante omissão da **CONTRATADA** quanto à necessidade da repactuação, ter extinto seu direito por preclusão lógica.

Parágrafo nono. A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

Parágrafo décimo. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

Parágrafo décimo primeiro. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo décimo segundo. A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c o art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, garantida prévia defesa.

Parágrafo primeiro. Em caso de inexecução do contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumuladas, conforme a espécie de falta cometida, sendo também possível desde logo a aplicação da penalidade mais rigorosa, em vista da gravidade da conduta e dos prejuízos dela decorrentes:

a.1.1 Atraso na entrega da garantia contratual:

a.1.1.1 Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos casos de atraso na entrega da garantia contratual, conforme estabelecido no item 10, até que a **CONTRATADA** dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual, quando for o caso.

a.1.2 Atraso no fornecimento dos uniformes:



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- a.1.2.1 Multa de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atraso de até 5 dias úteis;
- a.1.2.2 Multa de 2% (dois por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 6 a 10 dias úteis;
- a.1.2.3 Multa de 3% (três por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 11 a 15 dias úteis;
- a.1.2.4 Multa de 4% (quatro por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos iguais ou superiores a 16 dias úteis até 1 (um) mês; ou
- a.1.2.5 Multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês.
- a.1.3 Atraso na entrega da Nota Fiscal ou Fatura:
 - a.1.3.1 Multa diária, contada a partir do 6º dia útil do mês subsequente da prestação do serviço, de até 0,2% (zero vírgula dois por cento), limitada a 20% (vinte por cento) do valor mensal do Contrato, a ser aplicada no caso de não regularização em até 30 (trinta) dias após o quinto dia útil ao mês subsequente da prestação do serviço; e
 - a.1.3.2 Em caso de reincidência do subitem anterior em prazo inferior a 12 (doze) meses, multa de 20% (vinte por cento) do valor mensal do Contrato.
- a.1.4 Reincidência na não disponibilização de cobertura de faltas para os postos contratados:
 - a.1.4.1 Multa de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atraso de até 5 dias úteis;
 - a.1.4.2 Multa de 2% (dois por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 6 a 10 dias úteis;
 - a.1.4.3 Multa de 3% (três por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos entre 11 a 15 dias úteis;
 - a.1.4.4 Multa de 4% (quatro por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos iguais ou superiores a 16 dias úteis até 1 (um) mês; ou
 - a.1.4.5 Multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês.
- a.1.5 Atraso no fornecimento de Vale Transporte, Vale Alimentação, não envio de documentação tempestivamente:
 - a.1.5.1 Multa de 1% a 3% (um por cento a três por cento) do valor mensal do Contrato, caso o valor não seja disponibilizado aos colaboradores no prazo legal; e
 - a.1.5.2 Multa de 3% a 6% (três por cento a seis por cento) do valor mensal do Contrato no caso de reincidência no mês imediatamente posterior ao mês de aplicação da sanção do item anterior.
 - a.1.5.3 Multa de 1% a 5% (um por cento a cinco por cento) do valor mensal do Contrato no caso de não envio da documentação obrigatória de comprovação do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e do cumprimento das obrigações trabalhistas correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida em até 10 (dez) dias após a solicitação do gestor.
- a.1.6 Atraso no pagamento de salários:



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- a.1.6.1 Multa de 0,2 (zero vírgula dois por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, limitado a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;
- a.1.6.2 Multa de 5% a 10% (cinco por cento a dez por cento) do valor total do Contrato, no caso de reincidência; e
- a.1.6.3 Rescisão unilateral do Contrato, cumulativamente ou não com a aplicação das multas referidas acima.
- a.1.7 Descumprimento dos prazos de atendimento definidos no objeto da contratação:
 - a.1.7.1 Multa de 1% a 5% (um por cento a cinco por cento) do valor mensal do Contrato a cada ocorrência;
 - a.1.7.2 Multa de 5% a 10% (cinco por cento a dez por cento) do valor mensal do Contrato no caso de atrasos maiores do que 1 (um) mês;
 - a.1.7.3 Rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE**;
 - a.1.7.4 Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos, com o descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, na 3ª reincidência num período de até 12 (doze) meses.
- a.1.8 Atraso injustificado para início do Contrato:
 - a.1.8.1 Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
 - a.1.8.2 Rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE**, cumulativamente ou não com a multa acima; e
 - a.1.8.3 Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, cumulativamente ou não com a multa e a rescisão contratual, referidas acima.
- a.1.9 Descontinuação na prestação do serviço, retardamento da execução do objeto, fraude na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometimento de fraude fiscal ou não manutenção da proposta:
 - a.1.9.1 Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
 - a.1.9.2 Rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE**, cumulativamente ou não com a multa acima; e
 - a.1.9.3 Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, cumulativamente ou não com a multa e a rescisão contratual, referidas acima.
- a.1.10 Hipóteses não elencadas nos demais itens desta cláusula ensejarão a aplicação de uma ou mais das penalidades abaixo, sendo, quanto à multa, apenas uma das duas hipóteses elencadas por ocorrência, conforme a gravidade da conduta, os prejuízos ocasionados à **CONTRATANTE** e outros eventuais critérios balizados na doutrina e na jurisprudência, sempre com justificação nos autos do processo de aplicação da(s) penalidade(s):



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- a.1.10.1 Multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor mensal do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato;
- a.1.10.2 Multa única, no valor de 1% a 10% (um por cento a dez por cento) do valor total do Contrato, conforme a gravidade e os prejuízos oriundos da falta cometida;
- a.1.10.3 Rescisão unilateral do Contrato;
- a.1.10.4 Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

Parágrafo segundo. As multas aplicadas poderão ser descontadas da garantia prevista no Contrato, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, recolhidas à conta Única do Tesouro Nacional em favor da **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo terceiro. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à **CONTRATANTE**, decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo quarto. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo quinto. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. A data de vencimento da multa aplicada será o 10º (décimo) dia após a data de assinatura da correspondência que a encaminhar ou da publicação do respectivo edital.

Parágrafo sétimo. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo oitavo. As penalidades poderão ser combinadas e não há necessidade de primeiro serem aplicadas penas mais brandas, podendo a **CONTRATANTE**, dependendo do ocorrido, aplicar diretamente as penalidades mais graves.

Parágrafo nono. É considerada falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, observadas as disposições contidas nos arts. 79 e 80 da referida Lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Parágrafo primeiro. Ocorrendo a rescisão, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, por motivo de conveniência da Administração, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** e, ainda, por acordo entre as partes.

Parágrafo terceiro. Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666/1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.

Parágrafo quarto. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral da **CONTRATANTE**, serão formalmente motivados, assegurada, à **CONTRATADA**, na segunda hipótese, a produção do contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da **CONTRATANTE** para que, se o desejar, a **CONTRATADA** apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não acolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

Parágrafo quinto. O descumprimento das obrigações trabalhistas pela **CONTRATADA** ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção do pagamento, se a **CONTRATADA** não incorrer em qualquer inexecução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) É vedada a utilização da garantia ou deste Contrato para qualquer operação financeira, bem como a cessão, a subcontratação ou a transferência total ou parcial a terceiros da execução dos serviços contratados, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena da aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei 8.666/1993, e consequente registro no SICAF.
- b) A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, quaisquer documentos da **CONTRATADA**, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela **CONTRATANTE**.
- c) A **CONTRATADA** deverá comunicar a **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;
- d) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA** através de protocolo, carta registrada ou email com confirmação de recebimento pela **CONTRATANTE**.
- e) Só será permitida a permanência do empregado designado pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, durante o período em que estiver prestando os serviços.



Ministério da Fazenda

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

- f) A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, a substituição de empregado da empresa prestadora de serviços, que terá prazo máximo de vinte e quatro horas para providenciá-la.
- g) Caso a **CONTRATADA** não comprove a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual, constituir-se-á inexecução parcial do Contrato, incidindo as sanções cabíveis;
- h) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
- i) A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os empregados indicados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços. Caso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a **CONTRATADA** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.
- j) São partes integrantes deste Contrato: o Edital e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA** no que não conflitar com as partes deste Contrato.
- k) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico correspondente a esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 2016.

Ítalo Teixeira Viana

Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

Adília Maria Teixeira da Silva

LINO ATIVIDADES
ADMINISTRATIVAS LTDA-ME

José Teotonio da Silva

LINO ATIVIDADES
ADMINISTRATIVAS LTDA-ME

CONTRATO UNIVESP nº 026/2016

PROCESSO UNIVESP **Nº 013/2016**

CONTRATANTE: **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – UNIVESP**

CONTRATADA: **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA.-ME**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM E RECEPCIONISTA**

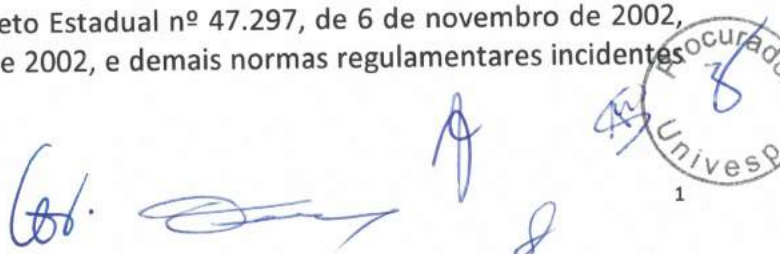
VIGÊNCIA: **15 (quinze) meses, a contar de 01/04/2016.**

VALOR TOTAL EST.: **R\$ 64.030,50 (sessenta e quatro mil trinta reais e cinquenta centavos).**

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, de um lado, a **Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP**, inscrita no CNPJ/MF nº 17.455.396/0001-64, neste ato representada pelo Presidente, Prof. **CARLOS ALBERTO VOGT**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.846.191 e do CPF/MF nº 049.863.428-00, no uso da competência prevista no artigo 13, inciso VII, do Decreto-Lei nº 58.438, de 09/10/2012, designado **CONTRATANTE**, e do outro, a empresa **Lino Atividades Administrativas Ltda.-ME** com sede na Rua Américo Brasiliense, nº 1765, sala 43 – parte, Chácara Santo Antônio – São Paulo - SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 10.818.654/0001-80, adjudicatária do Pregão nº 002/2016, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais, **ADILIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG nº 37.313.728-X-SSP/SP e do CPF/MF nº 606.064.287-04 e **JOSÉ TEOTONIO DA SILVA**, portador da cédula de identidade nº 93.101-OAB-RJ e do CPF/MF nº 908.966.297-91, têm entre si justa e contratada a Prestação de Serviços de Copeiragem e Recepcionista, nos termos da adjudicação de fl. 199, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005 e Regulamento anexo à Resolução CC – 27, de 25 de maio de 2006, com as alterações introduzidas pela Resolução CC – 48, de 5 de dezembro de 2007, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto Estadual nº 47.297, de 6 de novembro de 2002, da Resolução CEPG-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares incidentes na espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. To the right, there is a circular official stamp of the Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) with the word 'Procurador' partially visible. Below the stamp, the number '1' is printed.

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a **Prestação de Serviços de Copeiragem e Recepcionista**, nas instalações da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, de acordo com as especificações constantes no Memorial Descritivo - Anexo I – que integrou o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 002/2016, e demais documentos constantes do Processo nº 013/2016.

1.2. A execução do objeto contratual deverá atingir o fim que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas;

1.3. O regime de execução deste Contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado nas dependências da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, À Rua Líbero Badaró nº 293 – 20º andar – Centro – São Paulo – SP., em conformidade com o estabelecido no Memorial Descritivo, Anexo I do Edital, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do Contrato.

2.2. A execução dos serviços deverá ter início em até 03 (três) dias úteis a contar da data da entrega da ordem de início dos serviços.

2.3. Para execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATADA manterá na Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP a quantidade de funcionários, suficientes ao perfeito atendimento do objeto deste Contrato, considerando as especificações técnicas constantes no Anexo I – Memorial Descritivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

3.1. Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.

3.2. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

3.2.1. No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

3.2.1.1. O relatório deverá discriminar o número do presente Contrato, o seu Objeto e o período abrangido por ele.

3.2.2. A CONTRATANTE analisará o relatório apresentado pela CONTRATADA e solicitará, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, o Gestor do Contrato autorizará emissão da nota fiscal/fatura.

3.3. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

3.3.1. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitos e glosados pela CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA.

3.3.2. A realização dos descontos indicados no subitem 3.3.1 não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, por conta da não execução dos serviços.

Gov.





8



3.4. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 03 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

3.5. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, apresentadas e protocoladas na Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo—UNIVESP, situada a Rua Líbero Badaró, 293 – 20º andar – Centro – CEP 01009-907 – São Paulo – SP.

3.6. O relatório não aprovado pelo Gestor será devolvido á CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 3.2.2 desta cláusula, a partir da data de sua reapresentação.

3.7. A devolução do relatório não aprovado pelo Gestor não poderá ser invocado com agrupamento para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

CLAÚSULA QUARTA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão de obra alocada para esse fim.

4.2. Por ocasião da apresentação à CONTRATANTE da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS, por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.

4.3. As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução e por tomador de serviço (Contratante), são:

- Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;
- Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, gerada e impressa pelo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
- Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;
- Relação de Tomadores / Obras – RET.

4.4. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é devido no município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31.07.03.

4.5. Nos Municípios onde não há legislação municipal determinando a retenção da quantia referente ao ISS pela CONTRATANTE, o recolhimento ficará a cargo do prestador do serviço. Caso a lei determine seu recolhimento na fonte, será emitida guia de recolhimento concernente à Prefeitura onde o serviço estiver sendo prestado.

a) Quando da emissão da nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS”. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente sem nenhuma dedução.

b) Por ocasião da apresentação à CONTRATANTE (Órgão da Administração) da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISSQN, por meio de cópia autenticada da guia de recolhimento correspondente

3

aos serviços executados e deverá estar referenciada à data de emissão da nota fiscal, fatura ou do documento de cobrança equivalente.

4.6. Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, quando for o caso, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

4.7. A não apresentação dessas comprovações assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

4.8. Nos termos do artigo 31 da Lei nº 8212, de 24.07.91, alterado pela Lei nº 9711, de 20.11.98, e Instrução Normativa MPS/SRP nº 971, de 13 de novembro de 2009, o CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente; obrigando-se a recolher em nome da CONTRATADA, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia.

4.9. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL".

a) Poderão ser deduzidos da base de cálculos da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela CONTRATADA a título de vale-transporte e de vale refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.

b) A falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará a CONTRATADA a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério do CONTRATANTE proceder à retenção / recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança ou devolvê-lo à CONTRATADA.

4.10. O CONTRATANTE emitirá uma GPS - Guia da Previdência Social específica para cada CONTRATADA (por estabelecimento). Na hipótese de emissão no mesmo mês, de mais de um documento de cobrança pela CONTRATADA, o CONTRATANTE se reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma Única Guia, por estabelecimento.

4.11. Quando da apresentação do documento de cobrança, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao CONTRATANTE:

a) Cópia da Folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o Contrato, identificando o número do Contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

- Nomes dos segurados;
- Cargo ou função;
- Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
- Descontos legais;
- Quantidade de quotas e valor pago a título de salário-família;
- Totalização por rubrica e geral;



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

- Resumo geral consolidado da folha de pagamento; e

b) Demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por CONTRATANTE, com as seguintes informações:

- Nome e CNPJ da CONTRATANTE;

- Data de emissão do documento de cobrança;

- Número do documento de cobrança;

- Valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança;

- Totalização dos valores e sua consolidação.

c) Os documentos solicitados em a) e b) anteriores deverão ser entregues ao CONTRATANTE (Órgão da Administração) na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

d) Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", que será obrigatoriamente consultado, por ocasião da realização de cada pagamento. 03065 000715670

4.12. Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, Agência nº 03065 Conta nº 00071567-0, sendo que a data de exigibilidade do referido pagamento será estabelecida, observadas as seguintes condições:

a) em 30 (trinta) dias, contados da respectiva medição, desde que a correspondente fatura, acompanhada dos documentos referidos nos Parágrafos Primeiro e Terceiro desta Cláusula, seja protocolada na Seção competente no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento da comunicação que trata o inciso IV da cláusula anterior;

b) a não observância do prazo previsto para apresentação das faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

4.13. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/89, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇOS E REAJUSTE

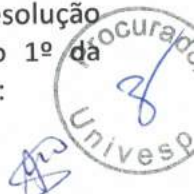
5.1. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo valor mensal de R\$ 4.268,70 (quatro mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta centavos), constante de sua proposta comercial, no qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.

5.2. Para reajustamento dos preços unitário contratados deverá ser observada a legislação vigente, em especial o Decreto Estadual nº 48.326, de 12.12.2003 e as disposições da Resolução CC 79, de 12.12.2003, alterada pela Resolução CC 77, de 10.11.2004, e pelo artigo 1º da Resolução CC-24, de 16/06/2009, que cuida da aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = Po \cdot [(\frac{IPC}{IPC_0} - 1)]$$

IPC₀

Onde:



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do Contrato no mês de referência dos preços ou preço do Contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

5.3. A periodicidade anual de que trata esta cláusula, será contada a partir do mês de referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DOS RECURSOS

6.1. O valor total estimado do presente Contrato é de R\$ 64.030,50 (sessenta e quatro mil trinta reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 38.418,30 (trinta e oito mil quatrocentos e dezoito reais e trinta centavos) referente ao exercício de 2016 e R\$ 25.612,20 (vinte e cinco mil seiscentos e doze reais e vinte centavos), referente ao exercício de 2017, sendo a Base Mensal no valor de R\$ 4.268,70 (quatro mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta centavos).

6.2. O valor relativo ao presente exercício, onerará recursos orçamentários da Unidade Gestora 101301, Natureza de Despesa 3.3.90.39.99, PTRES 104601, Categoria Funcional Programática 12.364.1043.6137.0000, devendo o restante onerar recursos orçamentários futuros, se efetivamente consignados para esse fim.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. Não será exigida garantia de execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA, além das obrigações constantes, do Memorial Descritivo, anexo I, daquelas estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federais estaduais sobre licitações, obriga-se:

8.1.1. Garantir a execução do objeto deste Contrato, obedecidas às disposições da legislação vigente, responsabilizando-se, integralmente pelo objeto do presente ajuste;

8.1.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto(s) capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, e que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste Contrato. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor do Contrato da CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;

8.1.3. Instruir seus empregados quando das necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE;

8.1.4. Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

8.1.5. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos prejuízos ou danos que eventualmente venha ocasionar à CONTRATANTE e/ou a terceiros, em função da execução dos serviços objeto deste Contrato, devendo reparar os imediatamente ou efetuar a indenização que couber;

8.1.6. Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;

8.1.7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

8.1.8. Disponibilizar empregados em quantidade necessária para a prestação dos serviços, uniformizados e portando crachá com foto recente e com devido registro em sua carteira de trabalho.

8.1.9. Tomar as providências relativas aos treinamentos necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

8.1.10. Efetuar a reposição de mão-de-obra, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

8.1.11. Manter controle de frequência/pontualidade, de seus empregados sob Contrato.

8.1.12. Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação da CONTRATANTE, sem ônus para os empregados.

8.1.13. Disponibilizar empregados em quantidade necessária para garantir a operação dos postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

8.1.14. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas instalações da CONTRATANTE.

8.1.15. Atender, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

8.1.16. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada no posto.

8.1.17. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos.

8.1.18. Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale transporte aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se:

9.1. Indicar formalmente o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual;

9.2. A execução dos serviços deverá ter início em até 03 (três) dias úteis a contar da data da entrega da ordem de início dos serviços;

9.3. Indicar vestiários com armários guarda-roupas;

9.4. Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos;

9.5. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto do Contrato, bem como as respectivas atualizações;

9.6. Fornecer as especificações do crachá a ser utilizado pelos recursos alocados no desempenho das atividades objeto do Contrato;

9.7. Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados;

9.8. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com o estabelecido na CLÁUSULA QUARTA – FATURAMENTO E PAGAMENTO, deste Contrato;



CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias ao objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme dispões o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei federal nº 8.666/93.

10.2. Eventual alteração contratual será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato, respeitadas as disposições da Lei federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002.

11.2. A sanção de que trata o caput desta cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SEP nº 6, de 27 de junho de 1990, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no site www.sancoes.sp.gov.br.

11.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

12.1. O Contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 75 a 78 da Lei Estadual nº 6.544/89 e artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.1.1. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa prevista no Artigo 79 da Lei federal nº 8.666/93, e no art. 77 da Lei nº 6.544/89.

12.2. O Contrato poderá ser rescindido na hipótese de rescisão consistente na caracterização superveniente de serviço prestado de forma não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência em face da CONTRATANTE, conforme prevê o artigo 1º do Decreto estadual nº 55.938/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

14.1. O prazo deste Contrato é de 15 (quinze) meses consecutivos e ininterruptos, a partir da data da assinatura do Contrato.

14.2. O prazo mencionado no caput, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidas pela legislação vigente.

14.3. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pela CONTRATANTE em até 90 (noventa) dias antes do término do prazo do Contrato ou de suas prorrogações.



14.4. Não obstante o prazo estipulado no caput, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do pacto, estará sujeita a condição resolutiva consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

14.5. Ocorrendo a resolução do Contrato com base na condição estipulada no parágrafo anterior, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

14.6. A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração, não gerará à CONTRATADA, direito a qualquer espécie de indenização.

14.7. Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo a este Contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/93.

14.8. Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO / CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

15.2. A fiscalização da CONTRATANTE terá livre acesso aos locais de execução do serviço;

15.3. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também:

I – Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica.

15.4. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregados da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

15.5. Executar mensalmente a medição dos serviços pela área mensal contratual, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. O presente Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme prevê o artigo 54, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica ajustado ainda que:

I – Consideram-se partes integrantes do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2016 e seus Anexos;

b) a Proposta apresentada pela CONTRATADA;

c) a Resolução SDECTI nº 12, de 28/03/2014.



II – Aplicam-se às omissões deste Contrato as disposições da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25/05/2006 Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, Resolução CEGP, de 19 de novembro de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei estadual nº 6.544/89, de 22 de novembro de 1989, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

III – Para a solução das questões decorrentes deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

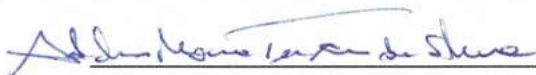
IV – A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem assim justas e Contratadas, assinam as partes o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, forma e idêntico valor jurídico, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos de direito.

São Paulo, em 01 de Abril de 2016.



CARLOS VOGT
Presidente – UNIVESP
Contratante





ADILIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA
Sócia – LINO
Contratada



JOSÉ TEOTÔNIO DA SILVA
Sócio – LINO
Contratada

Testemunhas:


OAB/RO 92415
OAB/SP 327324
Arlene Penha dos Santos
RG: 13.177.819-5

Resolução SDECTI Nº 12, de 28-3-2014. (*)

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de multa prevista nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, com fundamento no disposto no artigo 3º do Decreto nº 31.138, de 09 de janeiro de 1990, RESOLVE:

Art. 1º. Na aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e 81, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22, de novembro de 1989, nos artigos 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21, de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17, de julho de 2002, serão observadas as disposições desta Resolução.

Art. 2º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa, na forma estabelecida no artigo 5º desta Resolução.

Art. 3º. O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I - em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos:

a) para atrasos de até 30 (trinta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

b) para atrasos superiores a 30 (trinta) dias: multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

II - em se tratando de execução de obras ou de serviços de engenharia:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da obrigação contratual não cumprida; e

c) para contratos com valor de igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor diário do contrato;

III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

§ 1º. O valor das multas previstas neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato.

§ 2º. A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do contrato será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

Art. 4º. A inexecução parcial do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:



I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos: multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 20% (vinte por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

Art. 5º. A inexecução total do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços contínuos ou não: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

Art. 6º. Configurada a ocorrência de hipótese ensejadora de aplicação da penalidade de multa, o adjudicatário ou o contratado será notificado para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data da sua notificação.

§1º. Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade, dando ciência inequívoca ao adjudicatário ou contratado.

§ 2º. A decisão que dispuser sobre a aplicação da multa será publicada no Diário Oficial do Estado e deverá conter o respectivo valor, o prazo para seu pagamento e a data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária.

§ 3º. O adjudicatário ou o contratado será notificado da decisão, da qual caberá recurso a ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

§ 4º. A decisão do recurso será publicada no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo da notificação do adjudicatário ou contratado.

Art. 7º. Ao término do regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 1º. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá por sua complementação, mediante descontos nos pagamentos eventualmente devidos pela Administração até sua total quitação.

§ 2º. Inexistindo pagamentos a serem realizados, o contratado recolherá o valor ao cofre público estadual, na forma prevista na legislação em vigor.

§ 3º. Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada serão adotadas as providências pertinentes voltadas à sua cobrança judicial.

Art. 8º. As multas de que trata esta Resolução serão aplicadas sem prejuízo da cominação das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 2002 e na Lei Estadual 6.544, de 1989.

Art. 9º. Os editais de licitação deverão fazer menção expressa às normas estabelecidas nesta Resolução, cujo texto deverá integrar os respectivos editais e contratos, na forma de anexo.

Art. 10. As disposições desta Resolução aplicam-se também às contratações resultantes de procedimentos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução SCTDE -1, de 22 de fevereiro de 1994.

(*) Republicada por ter saído, no DOE , de 29-03-2014, Seção I, páginas, 116 e 117, com incorreções no original.



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS
CONTRATOS DE GESTÃO

CONTRATANTE: Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP

CONTRATADA: Lino Atividades Administrativas Ltda.-ME

CONTRATO DE GESTÃO Nº (DE ORIGEM): 026/2016

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de copeiragem e recepcionista

ADVOGADO(S): (*) _____

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

São Paulo, em 01 de Abril de 2016.

CONTRATANTE:

Nome e cargo: Carlos Alberto Vogt

E-mail institucional: cvogt@univesp.br

E-mail pessoal: cvogt@uol.com.br

Assinatura : _____

CONTRATADA:

Nome e cargo: Jose Teotonio da Silva

E-mail institucional: licita@teclecob.com.br

E-mail pessoal: tjsilva@globo.com

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 10.818.654/0001-80

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da última DRE	Valor
RECEITAS	R\$ 275.335,74	R\$ 520.000,04
RECEITA DA PRESTACAO DE SERVICOS	R\$ 275.653,39	R\$ 580.989,53
SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 275.653,39	R\$ 580.989,53
(-) (-) IMPOSTOS INCIDENTES S/ VENDAS	R\$ (11.377,42)	R\$ (77.844,80)
(-) ISS	R\$ (6.576,49)	R\$ (11.619,34)
(-) COFINS	R\$ (4.433,57)	R\$ (17.429,67)
(-) PIS-PASEP	R\$ (367,36)	R\$ (3.776,44)
(-) CSLL	R\$ 0,00	R\$ (16.732,51)
(-) IRPJ	R\$ 0,00	R\$ (28.286,84)
JUROS E DESCONTOS	R\$ 0,00	R\$ 13,35
JUROS DE APLIC. FINANCEIRAS	R\$ 0,00	R\$ 13,35
REVERSÃO DE PROVISÕES	R\$ 11.059,77	R\$ 16.819,03
RECUP. DE DESPESAS DIVERSAS S/ FOLHA	R\$ 1.445,55	R\$ 1.522,49
RECUP. VALE-TRANSPORTE S/ FOLHA	R\$ 8.321,23	R\$ 13.680,38
RECUP. VALE-REFIEÇÃO S/ FOLHA	R\$ 988,40	R\$ 397,80
RECUP. ASSIST. MÉDICA/ODONTO S/ FOLHA	R\$ 304,59	R\$ 1.218,36
RECEITAS DIVERSAS	R\$ 0,00	R\$ 22,93
OUTRAS RECEITAS	R\$ 0,00	R\$ 22,93
(-) CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS	R\$ (401.913,09)	R\$ (578.217,48)
(-) DESPESAS COM PESSOAL	R\$ (247.952,12)	R\$ (407.519,16)
(-) DESPESAS COM PESSOAL	R\$ (247.952,12)	R\$ (407.519,16)
(-) ENCARGOS SOCIAIS	R\$ (65.676,28)	R\$ (103.562,04)
(-) ENCARGOS SOCIAIS	R\$ (65.676,28)	R\$ (103.562,04)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	R\$ (19.700,33)	R\$ 0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	R\$ (19.700,33)	R\$ 0,00
(-) DESPESAS GERAIS	R\$ (67.905,90)	R\$ (47.228,30)
(-) DESPESAS GERAIS	R\$ (67.905,90)	R\$ (47.228,30)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ (678,46)	R\$ (11.592,41)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ (678,46)	R\$ (11.592,41)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ (8.315,57)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ (8.315,57)
(-) = Prejuízo	R\$ (126.577,35)	R\$ (58.217,44)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.72.9A.02.08.C7.15.59.79-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped



06/08/2018

7530831

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9671397

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 03/08/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA.-ME, CNPJ: 10.818.654/0001-80, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 6 de agosto de 2018.

PEDIDO Nº:



7530831



[IMPRIMIR](#)[VOLTAR](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10818654/0001-80
Razão Social: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ME
Nome Fantasia: CAFE DA CHACARA
Endereço: R AMERICO BRASILIENSE 1765 / CH S ANTONIO / SAO PAULO / SP / 4715-005

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/08/2018 a 25/09/2018

Certificação Número: 2018082704494754163363

Informação obtida em 05/09/2018, às 13:11:34.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMITENTE: ORIONPLEX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO & CIA LTDA. - ME

LOGRADOURO: Rua Francisco Ceará nº 929 - CEP 13082-030 – Campos dos Amarais - Campinas-SP.

CNPJ/MF Nº 09.653.790/0001-89

Atestamos, para os devidos fins, que a **LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA.- ME**, nova denominação social de Café da Chácara Ltda.-ME, inscrita no CNPJ nº 10.818.654/0001-80, com endereço na Rua Américo Brasiliense, 1765 sala 43 – parte, Chácara Santo Antonio – São Paulo, prestou serviços com funcionários plenamente qualificados, capacitados e habilitados para a execução dos serviços para esta empresa, no período compreendido de 25 de janeiro de 2011 a 25 de janeiro de 2015, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Ceará Barbosa nº 929 – CEP 13082-030, Campos dos Amarais, com disponibilização de recepcionistas, compreendendo o desenvolvimento e o cumprimento a contento das obrigações contratuais, sem nenhuma reclamação de nossa parte no que se refere à qualidade e prazos, com ótimo desempenho, com pessoal técnico adequado e disponível para a realização dos serviços, cumprindo satisfatoriamente seus compromissos durante o período contratual, não existindo em nossos registros fatos que desabonem sua conduta.

Cargo	Quantidade de Colaboradores
Recepcionistas	08
Recepcionistas Bilíngues	04
Encarregado	03

Campinas, 30 de janeiro de 2015.

ORIONPLEX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO & CIA LTDA. - ME

Fátima Fontanesi – Diretora

Cel.: (19) 98137-0383

Mário Brocchi – Gestor

Tel.: (19) 3746-7755

1º TABELIÃO DE NOTAS CAMPAGNONE - CEL. WILLIAM S. CAMPAGNONE
Pabx: (19) 3737-3737 - E-mail: primicio@abeliaoacampagnone.com.br
Site: www.abelionotacampagnone.com.br

Reconheço a semelhança da firma do valor econômico de: **FATIMA FONTANESI** (Ficha: 788153)

Dou fé. Em testemunho da verdade. Custas: R\$ 5,43
Campinas-SP 23/09/2016

Antonio Carlos Garcia Junior - Escrevente
Válido com o(s) selo(s): 0195AA703921



São Paulo – SP, 21 de setembro de 2018.

À

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

REF.: PROPOSTA ANTAQ – PE10/2018

LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA.-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 10.818.654/0001-80, estabelecida na Av. Adolfo Pinheiro, 2054 – Sala 212 – Santo Amaro – São Paulo – CEP 04734-003, telefone (11) 2309-1596 ou (11) 99854-4799, neste ato representada por sua representante legal Gabriela Carvalho do Nascimento, portadora da Cédula de Identidade 37.983.885-0 SSP/SP e do CPF nº 336.579.188-41, propõe a prestação de serviços de recepcionista nas condições a seguir:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de recepcionistas.

QUADRO DE RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo do serviço		Qtde de empregados	Valor proposto por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos	Valor total do serviço (F) = (D)x (E)
(A)	Valor proposto por empregado (B)	por posto (C)		(E)	
Recepcionista - 44 Hs	R\$ 3.072,39	1	R\$ 3.072,39	2	R\$ 6.144,77
TOTAL					R\$ 6.144,77
TOTAL PARA 12 MESES					R\$ 73.737,29

São Paulo, 21 de setembro de 2018.


Gabriela Carvalho do Nascimento

Mão de obra vinculada à execução contratual:

Tipo de Serviço		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Recepcionista
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.194,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Recepcionista
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2018

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Composição da Remuneração		Valor (R\$)
1		R\$ 1.268,18
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Intervalo Intra jornada	
H	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	R\$ 1.268,18

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
2		R\$ 97,71
A	Transporte	R\$ 396,00
B	Auxílio Alimentação	R\$ 36,90
C	Assistência médica, odontológica e familiar	R\$ 5,35
	Benefício Social Familiar	R\$ 12,00
	Seguros de vida, invalidez e funeral	
	Contribuição Assistencial Patronal	
	Total de Benefícios mensais e diários	R\$ 547,96

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

Insumos Diversos		Valor (R\$)
3		R\$ 70,56
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos diversos	R\$ 70,56

Exibido

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
Encargos previdenciários e FGTS			
4.1		Percentual (%)	Valor (R\$)
A		20,00%	R\$ 253,64
A	INSS	1,50%	R\$ 19,02
B	SESI ou SESC	1,00%	R\$ 12,68
C	SANAI ou SENAC	0,20%	R\$ 2,54
D	INCRA	2,50%	R\$ 31,70
E	Salário Educação	8,00%	R\$ 101,45
F	FGTS	1,50%	R\$ 19,02
G	Seguro acidente de trabalho	0,60%	R\$ 7,61
H	SEBRAE	35,30%	R\$ 447,67
TOTAL			

Submódulo 4.2 - 13º salário		
4.2	13º (décimo terceiro) salário	Valor (R\$)
A	13º salário	R\$ 105,64
Subtotal		R\$ 105,64
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º salário	R\$ 2,94
TOTAL		R\$ 108,58

Submódulo 4.3 - Afastamento maternidade		
4.3	Afastamento maternidade	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	R\$ 2,16
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	R\$ 0,76
TOTAL		R\$ 2,92

Submódulo 4.4 - Provisão para rescisão		
4.4	Provisão para rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	R\$ 5,33
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	R\$ 0,43
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	R\$ 0,23
D	Aviso prévio trabalhado	R\$ 0,51
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	R\$ 0,18
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	R\$ 0,13
TOTAL		R\$ 6,79

Gabriel

Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		
4.5	Composição do Custo de reposição do profissional ausente	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	R\$ 153,45
B	Ausência por doença	R\$ 21,05
C	Licença paternidade	R\$ 0,25
D	Ausência legais	R\$ 3,55
E	Ausência por acidente de trabalho	R\$ 0,38
F	Outros (especificar)	
	Subtotal	R\$ 178,69
G	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	R\$ 63,08
	TOTAL	R\$ 241,76

Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	R\$ 447,67
4.2	13º salário	R\$ 108,58
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 2,92
4.4	Custo de rescisão	R\$ 6,79
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 241,76
4.6	Outros (especificar)	
	TOTAL	R\$ 807,72

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	2,70%	R\$ 72,75
B	Lucro	2,00%	R\$ 55,34
C	Tributos		
	C.1COFINS	3,00%	R\$ 84,68
	C.2PIS	0,65%	R\$ 18,90
	C.3ISS	5,00%	R\$ 146,30
	TOTAL	13,35%	R\$ 377,97

ANEXO II - B - Quadro- resumo do custo por empregado

Mão-de-obra vinculada a execução do custo por empregado

		R\$ 1.268,18
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 547,96
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 70,56
C	Módulo 3 Insumos Diversos	R\$ 807,72
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 2.694,42
	Subtotal (módulo A+B+C+D)	R\$ 377,97
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 3.072,39
	VALOR TOTAL POR EMPREGADO	

gabriel

QUADRO DE RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo do serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) x (E)
Recepcionista - 44 Hs	R\$ 3.072,39	1	R\$ 3.072,39	2	R\$ 6.144,77
TOTAL					R\$ 6.144,77
TOTAL PARA 12 MESES					R\$ 73.737,29

São Paulo, 21 de setembro de 2018.

Gabriela Carvalho
Gabriela Carvalho do Nascimento

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. – ME, sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Adolfo Pinheiro nº 2.054 – sala 212, CEP 04734-003, Santo Amaro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.818.650/0001-80, representada por seu Diretor José Teotônio da Silva, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 93.101 – expedida pela OAB-RJ, inscrita no CPF sob o nº 908.966.297-91, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Adolfo Pinheiro nº 2.054 – sala 212, CEP 04734-003, Santo Amaro.

OUTORGADOS:

FERNANDO GARCIA DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira profissional nº 92.415, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 781.588.937-91, residente e domiciliado na Rua Manoel Pedro Pimentel, 200 bloco 19 Apt. 72 Vila Yara – Osasco-SP, e **GABRIELA CARVALHO DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativa, portadora da Carteira de Identidade de nº 37.983.885-0 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 336.579.188-41, residente e domiciliado na Praça Dr. Mario Mangarito nº 33 - apt. 712, CEP 04.037-001, Liberdade, São Paulo - SP.

PODERES:

Aos Outorgados acima qualificados, são conferidos os poderes para, em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, representar a Outorgante, em todo o território nacional, podendo participar de licitações, públicas ou privadas, perante todas as repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, Sociedades de Economia Mistas, Bancos, inclusive Caixa Econômica Federal S.A. e Banco do Brasil S.A., participar de Pregões Eletrônicos e Presenciais, concorrências públicas e administrativas, concordar com todos os seus termos, realizar visitas técnicas, assistir a abertura de propostas, apresentar e assinar propostas e contratos; declarar a intenção de interpor de desistir de recursos administrativos, fazer impugnações, reclamações, protestos, formular ofertas de lances verbais e eletrônicos, negociar preços, prestar caução, requerer, assinar, transigir, desistir, promover, apresentar, regularizar cadastros juntos aos órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, sendo vedado seu subestabelecimento. O presente mandato tem validade até o dia 31 de dezembro 2018.

São Paulo – SP, 21 de maio de 2018



LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA. - ME
José Teotônio da Silva

São Paulo – SP, 21 de setembro de 2018.

À

Agência Nacional de Transportes Aquaviários


REF.: PROPOSTA ANTAQ – PE10/2018

LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA.-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 10.818.654/0001-80, estabelecida na Av. Adolfo Pinheiro, 2054 – Sala 212 – Santo Amaro – São Paulo – CEP 04734-003, telefone (11) 2309-1596 ou (11) 99854-4799, neste ato representada por sua representante legal Gabriela Carvalho do Nascimento, portadora da Cédula de Identidade 37.983.885-0 SSP/SP e do CPF nº 336.579.188-41, propõe a prestação de serviços de recepcionista nas condições a seguir:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de recepcionistas.

Tipo do serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D)x (E)
Recepcionista - 44 Hs	R\$ 3.072,39	1	R\$ 3.072,39	2	R\$ 6.144,78
TOTAL					R\$ 6.144,78
TOTAL PARA 12 MESES					R\$ 73.737,32

São Paulo, 21 de setembro de 2018.


Gabriela Carvalho do Nascimento

Mão de obra vinculada à execução contratual:

	Tipo de Serviço	
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Recepcionista
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.194,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Recepcionista
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2018

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário base	R\$ 1.268,18
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Intervalo Intrajornada	
H	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	R\$ 1.268,18

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 97,71
B	Auxílio Alimentação	R\$ 396,00
C	Assistência médica, odontológica e familiar	R\$ 36,90
	Benefício Social Familiar	R\$ 5,35
	Seguros de vida, invalidez e funeral	R\$ 12,00
	Contribuição Assistencial Patronal	
	Total de Benefícios mensais e diários	R\$ 547,96

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 70,09
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos diversos	R\$ 70,09

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		
A		Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 253,64
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 19,02
C	SANAI ou SENAC	1,00%	R\$ 12,68
D	INCRA	0,20%	R\$ 2,54
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 31,70
F	FGTS	8,00%	R\$ 101,45
G	Seguro acidente de trabalho	1,50%	R\$ 19,02
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 7,61
TOTAL		35,30%	R\$ 447,67
Submódulo 4.2 - 13º salário			
4.2	13º (décimo terceiro) salário	Valor (R\$)	
A	13º salário	R\$ 105,64	
Subtotal			R\$ 105,64
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º salário	R\$ 37,29	
TOTAL			R\$ 142,93
Submódulo 4.3 - Afastamento maternidade			
4.3	Afastamento maternidade	Valor (R\$)	
A	Afastamento maternidade	R\$ 2,16	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	R\$ 0,76	
TOTAL			R\$ 2,92
Submódulo 4.4 - Provisão para rescisão			
4.4	Provisão para rescisão	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado	R\$ 5,33	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	R\$ 0,43	
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	R\$ 0,23	
D	Aviso prévio trabalhado	R\$ 0,51	
E	Incidência dos encargos so submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	R\$ 0,18	
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	R\$ 0,13	
TOTAL			R\$ 6,79

Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		
4.5	Composição do Custo de reposição do profissional ausente	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	R\$ 140,89
B	Ausência por doença	R\$ 21,05
C	Licença paternidade	R\$ 0,25
D	Ausência legais	R\$ 3,55
E	Ausência por acidente de trabalho	R\$ 0,38
F	Outros (especificar)	
Subtotal		R\$ 166,13
G	Incidência dos encargos so submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	R\$ 58,64
TOTAL		R\$ 224,78

Quadro - resumo - Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas		
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	R\$ 447,67
4.2	13º salário	R\$ 142,93
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 2,92
4.4	Custo de rescisão	R\$ 6,79
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 224,78
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		R\$ 825,09

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	2,06%	R\$ 55,85
B	Lucro	2,00%	R\$ 55,34
C	Tributos		
	C.1COFINS	3,00%	R\$ 84,68
	C.2PIS	0,65%	R\$ 18,90
	C.3ISS	5,00%	R\$ 146,30
TOTAL		12,71%	R\$ 361,07

ANEXO II - B - Quadro- resumo do custo por empregado

Mão-de-obra vinculada a execução do custo por empregado

A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.268,18
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ 547,96
C	Módulo 3 Insumos Diversos	R\$ 70,09
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 825,09
	Subtotal (módulo A+B+C+D)	R\$ 2.711,32
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 361,07
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 3.072,39

QUADRO DE RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo do serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D)x (E)
Recepcionista - 44 Hs	R\$ 3.072,39	1	R\$ 3.072,39	2	R\$ 6.144,78
TOTAL					R\$ 6.144,78
TOTAL PARA 12 MESES					R\$ 73.737,32

São Paulo, 21 de setembro de 2018.

Gabriela Carvalho
Gabriela Carvalho do Nascimento

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

A empresa Lino Atividades Administrativas Ltda.-ME, inscrita no CNPJ sob o número 10.818.654/0001-80, em atendimento ao disposto no item 8.6.5 do edital, declara que:

Instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro ou em um raio máximo de 40 km da referida cidade, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de início de vigência do contrato.

São Paulo, 21 de setembro de 2018.

Gabriela Carvalho

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Gabriela Carvalho do Nascimento

N.º de identidade: 37.983.885-0

Órgão Exp.: SSP/SP

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35223186286	CNPJ 10.818.654/0001-80	
NOME EMPRESARIAL LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2017 a 31/12/2017
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 9
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.72.9A.02.08.C7.15.59.79	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	81262221820	GERSON BRONZE:81262221820	772229367128534096 1	05/10/2017 a 05/10/2018	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10818654000180	LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME:10818654000180	451688084525546306 8	13/04/2016 a 13/04/2019	Sim

NÚMERO DO RECIBO:
17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.7
2.9A.02.08.C7.15.59.79-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 18/05/2018 às 10:02:17

6F.7F.89.B0.1C.02.4E.7F
26.F3.73.BF.0A.2A.D3.B9

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação dá-se por este recibo. Esta autenticação dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME
 Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 10.818.654/0001-80
 Número de Ordem do Livro: 9

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME
NIRE	35223186286
CNPJ	10.818.654/0001-80
Número de Ordem	9
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	16/04/2009
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2017
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9222

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	LINO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS LTDA ME
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Número de ordem	9
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9222
Data de inicio	01/01/2017
Data de término	31/12/2017

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 17.56.4A.71.57.03.39.57.24.BD.87.63.72.9A.02.08.C7.15.59.79-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped